



# Anais da Assembléia

Nº 92

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 12 DE SETEMBRO DE 1988

ANO XIV

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 071. SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 1988.  
SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Sr. Deputado Ferrari Júnior, secretariada pelos Senhores Deputados Aribal Khury e Lindolfo Júnior.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Amibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Aribal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Messadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Barbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zamusso, Caio Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Garnote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes e Tadeu Lúcio Machado (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Djalma de Almeida César, Paulino José Delazeri, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Estão em votação as atas que acabam de ser lidas. Aprovadas.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela Ordem. Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. NILTON BARBOSA - Pela Ordem- Eu requiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados.

32 Senhores Deputados responderam a chamada nominal.

A Presidência irá proceder à verificação de votação, atendendo pedido do Senhor Deputado Pedro Tonelli.

É procedida à verificação de votação.

27 Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita.

Em votação as Atas. Aprovadas.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 246

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a dispensa da discussão e votação da Redação Final, para os Projetos constantes da Ordem do Dia da presente sessão e, que não tenham sofrido emendas ao longo de suas tramitações, de acordo com o disposto no § único do Art. 58, do Regimento Interno, acrescido da Resolução nº 116/86.

Sala das Sessões, em 12.09.88.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

#### REQUERIMENTO Nº 232

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Voto de Profundo Pesar, pelo falecimento do Senhor ISMAEL PINTO SIQUEIRA, Agricultor, Ex-Prefeito do Município de Faxinal, um de seus fundadores, atualmente era candidato a Vice-Prefeito, na mesma cidade. Faleceu vitimado por acidente automobilístico na Rodovia do Café, em 16.08.88.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas:

. Jovita Pinto de Siqueira (esposa)

Rua Duque de Carias, 695

Faxinal - Pr.

. Vereador Isaias Pinto Siqueira

Câmara Municipal de Faxinal-Pr  
 Vereador Lasmar Pinto de Siqueira  
 Câmara Municipal de Faxinal- Pr  
 Moacir Paulo Segal  
 Av. Brasil, 641 -  
 Faxinal- Pr.  
 Sala das Sessões, em 12.09.88.  
 (a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 233

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor JOSÉ MIGUEL LINO, ocorrido no último dia 09 de agosto, no Município Paranaense de Rosário do Ivaí.

Requer, ainda, que da decisão sejam informados a Senhora Maria Aparecida Miguel, Ana Maria Isabel Miguel, Edwírges Madalena Lino, Sebastião Ramos Miguel, esposa e filhos; e ainda, os Prefeitos e Vereadores dos Municípios de Rosário do Ivaí e Grandes Rios.

Sala das Sessões, em 12.09.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

JUSTIFICATIVA:

Nascido em 29 de setembro de 1916, em Maria da Fé, Minas Gerais, viveu durante 50 anos no Paraná, Estado que adotou como seu.

Exercendo a profissão de farmacêutico prático, encontrou um campo perfeito para ajudar ao próximo, principalmente aos doentes.

Foi idealizador e inspirador maior da construção do Hospital Municipal de Rosário do Ivaí.

Viveu o bastante para ver iniciada a obra que acalentou seu último sonho: a ligação asfáltica entre Rosário do Ivaí e Grandes Rios e partiu tranquilo após haver ouvido do Prefeito Edson Silva Lino, seu filho, a promessa de que a obra seria concluída.

REQUERIMENTO N° 234

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor PEDRO RIBAS MENDES, ocorrido na cidade de Palmas, em 04 de agosto corrente.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12.09.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Dia 04 de agosto do corrente ano, faleceu na cidade de Palmas, o Senhor PEDRO RIBAS MENDES.

Engenheiro e pecuarista, membro de uma das mais tradicionais famílias palenses, o Senhor Pedro Ribas Mendes, deixou viúva Dona Maria Helena e filhos: Adilson, Adenise, Eliane e Cesar, deixou ainda 5 netos.

O passamento do Senhor Pedro Ribas Mendes, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu Servo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família RIBAS MENDES, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 251

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor JÚLIO BORGES DE SOUZA, ocorrido nas primeiras horas do dia 24 último em Apucarana.

Requer, ainda, que da decisão sejam informados os Senhores Alberto Borges de Souza, Cesar Borges de Souza e Célia Borges de Souza Abdul, irmãos do falecido; a Associação Comercial e Industrial de Apucarana, seu Presidente, Senhor Armando Boscardin; Senhor Walmor Giavarina, Chefe do Escritório de Representação do Paraná em Brasília, a Associação dos Moageiros de Milho de Apucarana e a Associação de Pais e Mestres dos Excepcionais de Apucarana.

Sala das Sessões, em 12.09.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

JUSTIFICATIVA:

Nascido em 05 de março de 1944, o Senhor Júlio Borges de Souza, filho de Mucio de Souza Rezende e Jandira Borges de Rezende, muito jovem transferiu-se para Apucarana.

Sua inteligência viva, seu senso de organização e seu talento administrativo transformaram a pequena indústria da família numa grande empresa paranaense, com várias subsidiárias, atuando inclusive no setor de exportação.

Líder por excelência, organizou seus negócios de tal forma que o ritmo de pro-

dução não diminuirá, nem mesmo quando precisava ausentar-se.

Caridoso, foi pródigo no auxílio que prestou a escolas e entidades filantrópicas.

Foi Presidente do Country Club e Colaborador da APAE de Apucarana, além de Diretor da Associação Comercial e Industrial de Apucarana.

Mas, mais do que tudo isso, foi um bom esposo para Dona Mara Aparecida Pelissari de Souza, e bom pai para Cassiana Maximilian e Anderson, e conseguiu a admiração e respeito dos seus inúmeros funcionários.

Preservar a sua memória é preservar a memória de alguém que ajudou com seu esforço e boa vontade a escrever parte da história de Apucarana.

#### REQUERIMENTO N° 260

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Assembléia Legislativa voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora HERMELINDA GEMELLI ZANCHET - esposa do Senhor Romano Zanchet e mãe do ex-Deputado Tulio Zanchet, ocorrido a 3 de setembro recém-passado. Requer-se, mais, que do Ato se informe ao esposo e filho acima nominados.

Sala das Sessões, em 12.09.88.

(a) JOAO ARRUDA

#### JUSTIFICATIVA:

A família Zanchet foi uma das pioneiras de Francisco Beltrão, tendo se dedicado, como dezenas de outras, ao corte e beneficiamento da madeira - contribuindo para a riqueza do Município e da Região. Os filhos - todos alcançaram a formação superior - mantiveram-se fiéis ao negócio da família, inspirados pelo extraordinário espírito agregador de Dona Tóta - como era chamada a Senhora Hermelinda. Pela importante papel familiar, cedo Dona Tóta ganhou importância na comunidade, conquistando respeito, simpatia e muito amor, pelo que seu passamento marcou de profunda tristeza toda a cidade.

Na sua simplicidade inspirou, também, ao filho Tulio que galgou a vida pública, chegando a eleger-se Deputado Estadual.

Oportuna é merecida, pois, a homenagem que se requer, solicitando-se, mais, que do ato se oficie ao esposo saudoso e ao ex-Deputado.

#### REQUERIMENTO N° 261

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da presente sessão, de voto de profundo pesar, pelo falecimento

do Senhor ISMAEL PINTO SIQUEIRA, ocorrido no dia 16 de agosto próximo passado.

O extinto foi prefeito municipal de Faxinal, elegendo-se pela admiração e confiança de todos aqueles que conheceram a sua honestidade e vida pública. Seu mandato foi conduzido com muita dedicação, sabendo o Senhor Ismael, enfrentar as adversidades sempre com muita coragem e competência.

Que possamos nós Senhor Presidente, neste momento de enorme tristeza e dor, manifestar nossa solidariedade e conforto aos familiares e amigos do Senhor Ismael, diante de irreparável perda.

Que da decisão desta Casa de Leis seja comunicada a família enlutada, na Rua Maranhão, s/n. - Faxinal - PR.

Sala das Sessões, em 12.09.88.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

#### REQUERIMENTO N° 283

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem e em nome da Bancada do PMDB, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Douto Plenário, seja dado voto profundo pesar pelo falecimento do Senhor RODOLFO LOURES BUENO, filho de Renato e Regina Bueno, ocorrido no dia 11 de setembro do corrente ano.

Outrossim, pedem que seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12.09.88.

(a) NESTOR BAPTISTA

Líder do PMDB

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N° 245/88 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica proibida a venda de bebidas alcóolicas ao longo das rodovias estaduais, no Estado do Paraná.

Art. 2° - Aos infratores aplicar-se-á pena de multa e interdição do estabelecimento, bem como a apreensão das bebidas mantidas no estabelecimento.

Parágrafo Único - A presente lei entrará em vigor após a regulamentação pelo Poder Executivo no prazo de 90 dias, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.88.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

#### JUSTIFICATIVA:

Uma das proibições que devem ser impostas ao público viajante é o uso da bebida alcóolica nas estradas paranaenses, adotando-se essas medidas evita-se um grande número de acidentes que o fator alcoolismo provoca, isto está comprovado estatisticamente pelas autoridades de trânsito.

O motorista que ingere bebida alcoólica dirige seu veículo sem a sua capacidade integral, onde os reflexos e o raciocínio tornam-se morosos, o que na maioria das vezes resulta nos grandes acidentes de estradas que temos presenciado. A preocupação dos nossos governantes impondo medidas que evitem acidentes em nossas estradas, faz-nos apresentar este projeto de lei, proibindo o uso de bebidas alcoólica nas estradas paranaenses, endossando o que já está sendo adotado no Estado de São Paulo. Conscientizando a população que viaja do perigo do uso da bebida alcoólica nas estradas além de por em perigo sua vida, põe também a de sua família e demais viajantes à sua responsabilidade.

Feitas estas ponderações aos dignos Deputados que compõem esta Casa de Leis, que seja levado à aprovação, por ser causa que envolve toda a coletividade paranaense e brasileira.

PROJETO DE LEI N° 246/88  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AOS IDOSOS DE FOZ DO IGUAÇU, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.88.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade vem prestando excelentes trabalhos de assistência social aos idosos carentes de nacionalidade brasileira, residentes em nosso Município há mais de cinco anos, oferecendo alimentação, vestuário, medicamentos, abrigo, assistência médica e odontológica. Para dar continuidade a este tipo de atendimento necessita a entidade de maiores verbas, pois a cada dia surgem mais idosos que, sem família e carentes, buscam apoio junto à Associação, razão pela qual apelo para a sensibilidade dos nobres Pares para que na maior brevidade possível possamos beneficiar a referida instituição, declarando-se de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI N° 247/88  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Poder Executivo providenciará o plantio de frutas no canteiro central das duas pistas entre Londrina e Rolândia.

Art. 2° - O Poder Executivo terá o prazo de 1 ano para executar o plantio do pomar.

Art. 3° - As frutas produzidas deverão ser destinadas à merenda escolar.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Da medida que aqui propomos irá a população da área mencionada beneficiar-se, já que para ela será destinado o consumo da produção dos frutos nascidos do mencionado pomar.

As crianças na idade escolar também se beneficiarão com a referida produção, pois, através dela, lhes será aumentada a qualidade protéica de suas merendas escolares.

Os motoristas dos automóveis que transitam pelas duas pistas denominadas neste projeto, igualmente gozarão dos benefícios da nossa proposta, já que o plantio das árvores frutíferas evitará a ofuscação dos faróis dos automóveis vindo em direção contrária.

Pelo acima exposto, contamos com o devido apoio dos nobres Pares assentados nesta Casa.

PROJETO DE LEI N° 248/88  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominado de Ary Barbosa Carneiro, o trecho da rodovia que liga o Município de Cândido de Abreu ao de Grandes Rios.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.88.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto justifica-se pelos motivos adiante apresentados: o Sr. Ary Barbosa Carneiro, nasceu em 03.11.1908, na cidade de Reserva-PR, na época Município de Tibagi, filho de Leônidas Borba Carneiro e Ubaldina Rumblesperger Carneiro.

Iniciou seus estudos na cidade de Tibagi-PR, residindo na ocasião com o então Coronel Telêmaco Moricines Borba. Após concluir seus estudos primários, permaneceu mais alguns anos em companhia de seu avô, que na época já havia sido Prefeito de Tibagi e posteriormente Deputado.

Com 16 anos de idade retornou à sua cidade natal.

Aos 22 anos de idade, casou-se com Amélia Mercer Carneiro, e dessa união teve dois filhos: Anadir Carneiro Soares, hoje funcionária pública aposentada e Leônidas Mercer Carneiro, atual Tabelião na cidade de Ponta Grossa-PR.

Posteriormente, Ary foi nomeado funcionário público municipal, para o local denominado Cândido de Abreu, no cargo de Fiscal Geral, desempenhando essa função por aproximadamente cinco anos.

Em seguida, aceitando convite do seu amigo Horácio Vargas, gerente geral da Fazenda Ribeirão Bonito, que abrangia o que é hoje parte dos Municípios de Grandes Rios, Cândido de Abreu e Reserva, área essa de 70 mil alqueires.

Com essa função de administrar toda essa imensidão de terras, foi quando teve a oportunidade de, em 27.07.31, participar ativamente na criação do Distrito de Cândido de Abreu, desmembrando-o do Município de Reserva.

Elegeu-se Vereador por duas legislaturas, representando Cândido de Abreu na Câmara Municipal de Reserva.

Em 1952, foi iniciado o movimento pró-emancipação político-administrativa de Cândido de Abreu.

A população participou de inúmeros movimentos encabeçados pelo líder político, Ary Borba Carneiro.

Em 26.11.54, os movimentos foram coroados de êxito com a emancipação de Cândido de Abreu, através do Decreto Estadual nº 253, desmembrando-se assim de Reserva.

A instalação solene ocorreu no dia 22.12.55, com posse do primeiro Prefeito Municipal eleito, o Sr. Ary Borba Carneiro, enfrentou as dificuldades naturais de um Município em formação, assentou as bases, instalou a Prefeitura e deu impulso ao progresso. Seu trabalho foi reconhecido e foi eleito novamente pela gestão 1964-1969.

Dentre suas inúmeras realizações destaca-se o empenho para a criação da Comarca em 1967.

Cumpriu com determinação e entusiasmo sua parte na história dessa próspera região.

Faleceu em 26.06.72, deixando exemplos a todos que o conheceram.

Inúmeras homenagens de reconhecimento foram prestadas à sua pessoa, como: Escola Ary Borba Carneiro, na cidade de Reserva-PR.

#### BIOGRAFIA

ARY BORBA CARNEIRO

NASCEU em 03.11.1908

FALECEU em 26.06.1972

CARGOS PÚBLICOS QUE EXERCEU.

1. Vereador por duas legislaturas - Município de Cândido de Abreu.

2. Prefeito Municipal por duas gestões no Município de Cândido de Abreu, de 1955 a 1960 e 1964 a 1969.

3. Exerceu as funções de Juiz de Paz e Delegado de Polícia, também por duas vezes.

#### PROJETO DE LEI Nº 249/88 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GUARATUBA - APAE, com sede e foro na cidade de Guaratuba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.88.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

Como depreende-se dos próprios estatutos, a Associação que aqui pretende-se declarar de Utilidade Pública, objetiva a cooperação com instituições públicas e privadas no sentido de desenvolver a educação de excepcionais, bem como dar suprimento de meios necessários para o desenvolvimento de atividades extracurriculares destinadas à sua integração social e profissional.

Desta forma, e considerando que iniciativas desta natureza devem merecer todo o apoio do Poder Público, apresentamos o presente plano de lei, para o qual encarecemos o devido apoio dos nobres Pares.

#### PROJETO DE LEI Nº 250/88 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominado Antônio Gasparin, o trecho da rodovia que liga Colombo a Bacaetava.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.88.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei, queremos destinar justa homenagem a Antônio Gasparin, um dos filhos de Colombo, que muito contribuiu para o desenvolvimento do Município. Nasceu em 26.01.1885, e faleceu em 14.11.60.

Como vereador do Município no ano de 1928, procurou sempre desempenhar com honestidade, humildade e companheirismo seu papel de representante dos anseios da comunidade colombense.

Isto posto, solicito dos nobres Pares o apoio para o presente plano de Lei e sua posterior aprovação.

#### PROJETO DE LEI Nº 251/88 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO DE BANDEIRANTES, com sede e foro no Município de Bandeirantes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação dos Empregados do Comércio de Bandeirantes, é uma entidade sem fins lucrativos, onde vem prestando serviços de fato, desde 1983. Suas diretrizes funcionais visam o atendimento a seus associados, procurando estabelecer um melhor entrosamento entre empregados e empregadores do comércio bandeirantense.

Tem por finalidade representar perante autoridades administrativas e judiciárias os interesses dos associados, firmar convênios, fundar e manter agências de colocação, manter assistência judiciária visando a proteção da categoria, entre outras atividades relacionadas à classe.

Tendo em vista os serviços prestados à categoria citada, colocamos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares desta Casa de Leis, solicitando sua aprovação, devido ao caráter social a que se destina a referida associação.

PROJETO DE LEI Nº 252/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE BANDEIRANTES - AFPMB, com sede e foro no Município de Bandeirantes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação Cultural e Desportiva dos Funcionários Públicos Municipais de Bandeirantes, é uma entidade sem fins lucrativos, onde tem por finalidade oferecer aos seus associados, atividades de caráter social, cultural, desportivo e recreativo.

Sua sede mantém parque recreativo infantil, quadra de esportes, promovendo constantemente campeonatos de futebol de salão e campo, campeonatos de truco, reuniões educativas, auxílios aos funcionários mais carentes, reuniões entre famílias para promoção de festas diversas, entre outras atividades sociais.

Tendo em vista os serviços prestados aos seus associados, apresentamos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares desta Casa de Leis, solici-

tando sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 253/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Civil dos Servidores Públicos e Empresas Estatais - ASSOCIPE, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.88.

(a) NESTOR BAPTISTA

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação Civil dos Servidores Públicos e Empresas Estatais - ASSOCIPE, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, tendo por objetivo assistir e congregar, como órgão de classe os servidores públicos federais, estaduais e municipais do Brasil e suas autarquias; prestar assistências: financeira, funeral, natalidade, nupcialidade e outras de natureza previdenciária e assistencial; defender os direitos e interesses dos servidores, orientando sobre os deveres junto aos poderes públicos no caso de dissolução da entidade. Após o cumprimento de todas as obrigações sociais estatutárias, o patrimônio líquido reverterá em benefício de instituição de caridade local, a juízo da Reunião Geral que deliberar sobre o assunto.

PROJETO DE LEI Nº 254/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a União dos Servidores Públicos Universitários - UNISERVI, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.88.

(a) NESTOR BAPTISTA

**JUSTIFICATIVA:**

A União dos Servidores Públicos Universitários UNISERVI, é uma Associação Civil, com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, tendo por objetivo assistir e congregar, como órgão de classe os servidores públicos, federais, estaduais e municipais do Brasil; prestar assistências financeira, funeral, natalidade, nupcialidade e outras de natureza previdenciária e assistencial; defender os direitos e interesses dos servidores, orientando sobre os deveres junto aos poderes públicos.

PROJETO DE LEI Nº 255/88

A Assembléia Legislativa do



Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Centro de Orientação e Controle de Excepcionais de Curitiba, com sede na Rua da Glória nº 158, Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.88.

(a) NESTOR BAPTISTA

## JUSTIFICATIVA:

O "Centro de Orientação e Controle de Excepcionais de Curitiba" - COCEC, com sede à Rua da Glória nº 158, Município de Curitiba, não recebe qualquer remuneração pelos serviços prestados à referida entidade, tanto como vínculo empregatício, como também de outra espécie.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados. O tempo não me vai ser oportuno para alinhar aqui algumas reflexões da política nacional. Todavia, vou tentar seguir um sumário que elaboramos, para tentar então, desenvolver alguma coisa de que hoje tem sido motivo de angústia, aflição e expectativa nacional: operação desmonte. No que diz respeito a operação desmonte, pelo que ela vem representando e repercutindo a nível nacional, na área da política econômica, eu vou me permitir alinhar sobre um setor, o setor de transporte. Por que o setor de transporte? Porque a minha vida pública, ao longo dos meus trinta e cinco anos, convivi com a Secretaria de Estado dos Transportes, com o DER e vi o quanto é angustiante a manutenção das rodovias federais, repassadas ao Governo do Estado, no que diz respeito a sua manutenção, mais conhecida como "operação tapa buraco".

Como já é do conhecimento dos senhores, o Ministro do Transporte toma conhecimento e passa ao DNER que por sua vez, edita um telex a todas as empreiteiras do Brasil, responsáveis por 400 operações em todos os eixos rodoviários federais.

Angustiantes e dizendo que não tem recurso, não tem dinheiro não dá para tocar. Então vejam o que isto representa a nível nacional. Eu vou me permitir ficar no nosso Estado, já que os eixos rodoviários federais, que somam aproximadamente 3.000 kms. no eixo das BRs 116 - 277 - 369 - 367 e assim por diante, que escoam toda a nossa grande riqueza, isto é, a safra agrícola.

Não tendo recursos, o Governo vira as costas e entrega o encargo à responsabili-

dade do Governo Estadual. Veja o que isto vai representar: já não me refiro à área da segurança e sim à área da manutenção. Manutenção que, naturalmente, vai trazer problemas para o escoamento dessa grande safra hoje colhida pelo Paraná. Manutenção que naturalmente, vai deixar ao curso do tempo, a poluição visual tomar conta de toda a sinalização existente ao longo do eixo rodoviário: desmatamento. Manutenção que a rigor já não existe, é precária, e agora, as coisas tornam-se mais graves.

Falta de atenção ainda em toda a sinalização horizontal que dá, naturalmente, ao usuário de todo esse grande eixo, a atenção necessária para que ele trafegue normalmente sem o risco de causar um acidente. Falta de manutenção, ainda no acostamento precário, já não existente, face à dificuldade de termos duas grandes pistas.

Se o acostamento existe, é mais uma via de fuga para os eventuais acidentes que quase sempre ocorrem.

Nas obras de arte que comumente necessitam e precisam ser recuperadas, revisadas, quando daquele paraflanco são levados por carrocerias de caminhões que apressadamente passam em sentido duplo, disputando o espaço com outra viatura ali derrubam, e ficam por corrigir. E assim, uma série de tantos outros sem contar a situação difícil causada ao policiamento para o controle e a fiscalização.

Chamamos a atenção para que o Governo Federal atente mais para um detalhe. Hoje, por ocasião do noticiário matinal, vi a preocupação também no CEAG chamando a responsabilidade que naturalmente vai trazer para que o setor competente possa administrar e operacionalizar todo o processo oriundo daqueles que necessitam...

(é desligado o microfone)

O SR. RAUL LOPES - Sr. Presidente, eu preciso de mais um minuto para concluir.

... necessitam do seu apoio. Eu tinha alinhado mais alguns outros tópicos, como o fenômeno da seca e do fogo, o problema da situação das favelas e o grande impasse, ainda, da operação caminhoneiro, operação transporte. Vou falar com o Líder da minha Bancada e pedir a ele que me ceda o horário necessário e assim possa fazer algumas observações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Deputado Antônio Belinati tem a palavra por 5 minutos.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa presença na tribuna é para refletir um clima de grande angústia e preocupação que reina na classe trabalhadora

do nosso País, muito especialmente do nosso Paraná.

O Brasil, com a maior dívida externa do mundo, muito provavelmente, com o maior custo de vida do mundo; o Brasil, do Presidente José Sarney, pagando à classe trabalhadora nada mais nada menos do que o miserável salário-mínimo do mundo. O salário-mínimo do Brasil, para a tristeza de todos nós, é o mais baixo salário que se paga em todo o globo terrestre. E, contrastando com tudo isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, neste mês um trabalhador perceberá bruto um pouco mais de 18 mil cruzados, e ainda terá que pagar 8% para o INPS.

No Paraguai, País vizinho, que faz divisa com o Brasil, e está a pouco mais de 500 quilômetros de Curitiba, onde o custo de vida é mais baixo do que no Brasil, o salário-mínimo é de 119 mil cruzados por mês. No Canadá o salário-mínimo, convertido do dólar para o cruzado, atinge a marca de 400 mil cruzados por mês. E no Governo do Presidente José Sarney, Governo que está jogando os trabalhadores no abismo e no empobrecimento cada vez mais revoltante, a inflação oficial divulgada pelo Governo, de janeiro de 1987 até agora, foi de 1.447% nesse período.

Para se ter uma idéia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como o Brasil está mal governado, a energia elétrica subiu no mesmo período, 3.001%, isto é, mais do que o dobro da taxa inflacionária divulgada pelo Governo.

Vejamos, agora, a conta da água do povo brasileiro: para uma inflação de 1.447%, de janeiro passado até agora, a conta subiu 4.474%, mais de 3 mil por cento de aumento, além do índice inflacionário.

A prestação de uma casa popular, antes de o Sr. Presidente José Sarney começar a governar o nosso País, era de 800 cruzados, 100 cruzados, e há trabalhador hoje pagando pela prestação de um imóvel a faixa de três mil, 3.500,00 cruzados.

Senhor Presidente, para se ter uma idéia de que neste País praticamente o Governo está proibindo os pobres de aqui viverem, uma casa popular de 30 ou 40 metros quadrados, no máximo, o trabalhador terá que pagar mais de 20 mil cruzados por mês de prestação, e ainda terá que comprovar que o seu salário é da faixa de 60 mil cruzados por mês.

Não dá para entender, Sr. Presidente, o Governo manda pagar ao povo, 18 mil de salário bruto, e o mesmo Governo constrói a casa, um pedaço quase de casa, e para o trabalhador poder abrigar sua família numa casa dessa, construída pelo mesmo Governo que paga salário-mínimo de 18 mil cruzados por mês, exige num ato de incoerência to-

tal, que o trabalhador comprove que ganha 50, 60, e dependendo da casa popular, até 70 mil cruzados de salário por mês.

Então, traduzindo aqui, esse clima de profunda preocupação com o achatamento salarial dos funcionários públicos, dos aposentados, dos militares, do nosso povo brasileiro, com esse salário mais baixo do mundo e com o custo de vida mais alto do mundo, que estamos enfrentando no Brasil, o nosso apelo, Sr. Presidente, e o nosso desejo, de que o Presidente José Sarney abra o seu coração, estenda sua mão e comece a se transformar, não num Presidente contra os pobres, mas num Presidente que seja um pouco mais amigo da classe trabalhadora desse País, que nunca, nunca sofreu tanto, com um Governo tão incompetente e tão desumano, como o Governo do Presidente José Sarney, que o povo ainda terá que aturar, por cerca de mais um ano e meio.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Tem a palavra, por cinco minutos, o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Raul Lopes foi à tribuna, se reportou a respeito da operação que está sendo aplicada agora pelo Governo José Sarney.

Parece-me que a culpa da situação atual do País não cabe tão somente a uma pessoa, no caso o Presidente José Sarney.

E longe de mim vir à tribuna para defendê-lo, muito pelo contrário. Mas os culpados da situação hoje, do País, são aqueles que apoiaram os cinco anos para José Sarney.

E, dentre eles, o Governo do Estado do Paraná, que mobilizou a sua Bancada Constituinte que esteve em Brasília, que esteve sendo recepcionado pelo Presidente, que aliás uma fotografia até estampa bem o Governador do Paraná, fazendo com as duas mãos o sinal de positivo pelos cinco anos.

Então, há que, nesse momento, responsabilizar pela situação em que se encontra o País, todos aqueles que foram coniventes, todos aqueles que assumiram o papel de dar os cinco anos para José Sarney, e dentre eles o Governo do Paraná, Governo este que bota a polícia na rua, para, com a cavalaria, pisarem em professoras, em crianças; governo este que coloca na rua a polícia para jogar bombas de gás lacrimogênio, para causar ferimentos em professoras, em políticos. Governo que vai à televisão e diz que não houve nada, e os seus Secretários se confundem nas informações. Um dizendo que a polícia agiu civilizada, outro dizendo que não autorizou o soldado a entrar no almoxarifado da Polícia para



Curitiba, segunda, em 12.09.88  
pegar a bomba.

Quer dizer, agora se tenta achar na figura de um pobre de um policial, que está cumprindo os seus deveres, de que foi ele quem entrou no amoxarifado, foi ele quem pegou a bomba, foi ele quem fez a guia para dar baixa daquela bomba, de efeito moral, como dizem aí.

Aliás, a revista "Isto É", desta semana, diz: "Lições de repressão: a polícia militar paranaense dá uma aula prática, atacando a greve dos professores em Curitiba".

A nova Constituição ainda não entrou em vigor, mas pode-se prever que, entre o direito de greve, aprovado pelos Constituintes, e a sua aplicação, haverá, como sempre, uma pedra no meio do caminho.

O exemplo mais recente deu-se na última terça-feira, dia 30, em Curitiba. Cerca de 260 policiais militares armados de casquetes, "sprays" de gás lacrimogênio e bombas de efeito moral, investiram contra uma pacífica passeata de professores que cumpriam sua terceira semana de greve. Vinte e seis manifestantes ficaram feridos. Uma pedra que apenas o Secretário de Segurança do Paraná, Antônio Lopes de Noronha, viu ser arremessada contra um policial, seria a justificativa oficial para a repressão. Engrossada por pais e alunos, a manifestação dos professores paranaenses que carregam a pedra verdadeira de um piso salarial de Cr\$ 31.392,00, chegou a reunir aproximadamente 4 mil pessoas. A passeata saiu do centro da cidade a caminho da Assembleia Legislativa. A 100 metros do Palácio Iguazu, no entanto, os policiais impediram que os carros de som continuassem à frente. Quebraram o vidro de um dos carros, agrediram os professores. Finalmente, a polícia montada jogou seus cavalos contra a multidão. Mesmo assim, os manifestantes conseguiram chegar a uma praça próxima à Assembleia. Lá, começaram a armar barracas. A polícia entrou novamente em ação: destruiu as barracas e dispersou a concentração com gás e bombas.

Além de confirmar que pedradas invisíveis ainda sedimentam versões oficiais para uma descabida repressão, o conflito em Curitiba revelou que o Governador paranaense, Alvaro Dias, anda pouco afinado com os seus assessores e Secretários. Enquanto a polícia agia, o Secretário da Comunicação, Fábio Campana, informava que o Governador viajara para Florianópolis. Pouco depois, o Secretário da Educação, Belmiro Castor, declarava que estivera reunido com o Governador no Palácio Iguazu para tratar da demissão de 80 professores. O Secretário Noronha resolveu então, dar uma entrevista..."

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Vossa

Excelência tem 30 segundos para concluir.

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado, Sr. Presidente

"... explicando que a polícia agiu de forma branda, sem excesso.

Nesse momento, a entrevista foi interrompida pelas explosões de bombas de gás moral".

O companheiro Rafael Greca completará, no Horário das Lideranças, a leitura desta matéria feita pela revista "Isto É", para mostrar que neste Paraná, lamentavelmente, aquilo que não se viu nem na época da ditadura, aquilo que não se viu nem na época dos governos militares, viu-se agora, com o governo que fala ser tão democrático.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) No Grande Expediente, a Mesa consulta o Deputado Erondy Silvério se fará uso do seu tempo.

Tem a palavra o Deputado Erondy Silvério, por 30 minutos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Em vinte meses, a inflação brasileira chegou a 1.447%. Nestes mesmos vinte meses, os derivados de petróleo subiram 1.558%. Energia elétrica, subiu 2.868%. Telefones, 1.692%. Água, 4.000%.

É lamentável, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, que a nossa SANEPAR, tantas e tantas vezes defendida nesta Casa, também acompanhou esse ritmo alucinante de elevação tarifária. O povo, exaurido, pela imensa carga tributária que lhe pesa sobre os ombros, com as tarifas públicas aumentando em proporções jamais vistas nestes Países.

Não sobra dinheiro para a compra de alimentos, que também subiram cem por cento mais que a inflação: E é desalentador saber que, novamente, o Presidente José Sarney não procura tomar medidas corajosas para tirar o País da crise, ou pelo menos mostrar que está bem intencionado, e dar alento à população brasileira.

Nós assistimos pela televisão como o resto do país, a inauguração de uma hidrelétrica no Estado da Bahia, quase divisa com o Estado de Pernambuco, e o Presidente teve a desfaçatez e a coragem de afirmar que o Brasil é um dos países que mais cresce no mundo e que sua população tem atingido índices de crescimento econômico jamais visto em outro Governo, nesta Nação.

Por isso, eu acho desalentador saber que o Presidente procura enganar a população e nada faz para demonstrar que está bem intencionado, pelo contrário, nós vimos o Governo anunciar que pretende reduzir

o déficit público com aumento de impostos.

A carga tributária já está insuportável, nunca se pagou tanto em impostos como nos últimos anos, e o pior que não se vê perspectiva nenhuma para saída deste impasse que vive a Nação. Ao contrário, agora ainda, a imprensa noticia que a Fazenda realiza estudos no sentido de tributar o lucro imobiliário, vejam bem, não é tributar a operação imobiliária, mas tributar a valorização do imóvel, desde a época da sua aquisição até uma avaliação atual. Nunca se viu na História do Brasil, nem no tempo do Império, nem no tempo da Derrama, que a Coroa portuguesa impôs à Nação brasileira, tributar a propriedade pelo valor de aquisição, comparada com o valor que hoje ela obteria no mercado de imóveis.

Eu acho que as Assembléias Legislativas do País, não podem mais assistir, impassíveis, a tanta degradação moral, a tanta violência contra a população brasileira!

Eu acho que está na hora, está no instante de todos os Parlamentares, independente de ser da Bancada majoritária, independente de Partido, do PMDB, cujo Partido é responsável por mais um ano de mandato a essa figura execrável que é o Presidente da República.

Mas acho que está na hora de se dizer um basta; acho que, se todas as Casas Legislativas, unidas, enviarem os seus protestos ao Presidente da República, talvez ele tenha a sensibilidade de mudar o seu comportamento com relação a esta carga tributária que pesa sobre os ombros do brasileiro como nunca viu a Nação até hoje. E, o governo, mais uma vez, pede sacrifícios ao povo, mas pelo menos uma vez o Governo poderia poupar a população, pois esta chega à exaustão e a instabilidade do País pode gerar conflitos incontornáveis.

Desta vez o Governo de José Sarney poderia apertar os cintos, sem medidas demagógicas, dar o exemplo! Não é hora de injetar 100 bilhões de cruzados na SUNAMAM, para cobrir roubos ou incompetências, não é hora da Ferrovia Norte-Sul, e de tantos outros gastos faraônicos que não trarão resultados imediatos. Enquanto se aumentam os impostos, os Ministros de José Sarney cruzam os céus do país nos jatos do Governo, em viagens difíceis de serem justificadas!

Vejam o problema da merenda escolar, no instante em que o Governo injeta 60 bilhões de cruzados na Ferrovia Norte-Sul, no instante em que ele pretende inaugurar o seu primeiro trecho, ainda no final deste ano, nos últimos dias de dezembro, a merenda escolar está ameaçada de parar o seu fornecimento às crianças, por falta, exatamente, de dinheiro.

Um Presidente que extingue um Ministério, mas imediatamente, através do famigerado decreto-lei cria outro Ministério. Extinguiu o Ministério do seu amigo, Ministro Prisco Viana, porque com a operação desmonte ele sofreram corte de cerca de 50 bilhões de cruzados. Cria um novo Ministério, com uma dotação de 140 bilhões de cruzados, o dobro do que tinha o Ministério anterior, apenas para premiar um amigo.

Então, é o Governo do "compadrio", é o governo dos amigos, é o governo dos amigos do rei. E nós não podemos mais, e a Nação não pode mais suportar.

Como o Governo pretende baixar a inflação, se é o primeiro a elevar as tarifas dos serviços públicos, como eu disse no início desse meu pronunciamento? Não há seriedade nas propostas que são anunciadas. Aumentar os impostos será o golpe final no povo, principalmente porque este faz milagres para sobreviver e não tem recursos para pagar o aluguel, a escola os alimentos, e é irônico saber que se pretende aumentar os impostos.

Tirar de onde e para quê? Pelo menos o que se vê no Governo não são recursos para tirar o País da crise, mas para obras secundárias quando essas são realizadas.

É preciso que a Nação diga ao Presidente da República que não concorda com as suas decisões e que chegou a hora de um basta no esbanjamento que se tem verificado com os recursos oriundos dos impostos. Por isso, há necessidade, como eu disse há pouco, que todos manifestem o seu posicionamento, principalmente nós, representantes do povo paranaense. Devemos enviar a nossa insatisfação e o apelo para que a política econômica do País seja direcionada em benefício do povo.

Não é preciso ser mestre em economia para saber que o Governo está no caminho errado. Qualquer pessoa de bom senso sabe que o Governo está nos levando pelo caminho no qual não há perspectiva de saída.

Qualquer dona de casa sabe que no momento de crise não pode gastar seu dinheiro em supérfluos. E é justamente isto o que o Governo está fazendo, e além de tudo sem uma programação austera para encontrar fórmulas de recuperação econômica. Aliás, neste sentido o Brasil está sendo visto ali fora como algo surpreendente em termos de paradoxo. Os países que não têm riquezas como as nossas, mas seriedade dos seus governantes, e por isso em situações econômicas estáveis, não consegue entender como o Brasil, o grande produtor, o rico Brasil, vive uma das suas piores crises econômicas.

É incompreensível para outros países que o Brasil das riquezas minerais, da potencialidade dos recursos hídricos invejáveis, do petróleo que começa a ser desco-

barto a cada dia em proporções maiores, além de tantos outros, viva em situação de miserabilidade. Mas além de tudo isto é um fato que é de consequências imediatas. O próprio Governo alardeia a grande produção agrícola deste ano. Apesar da política agrícola que deixa um clima de instabilidade entre os produtores agrícolas, os brasileiros produzirão nesta safra 66 milhões de toneladas de alimentos.

Ora, nós produzimos por ano o equivalente a meia tonelada de produtos agrícolas por habitante. É uma situação fantástica, de fazer inveja a qualquer país do mundo. Agora, um paradoxo, é que com mais de 500 quilos de alimentos por ano, per capita, grande parte da população brasileira não tem dinheiro para comprar alimentos, os produtos de primeira necessidade. É porque esta riqueza está sendo mal administrada, evidentemente que é pelo governo do Presidente José Sarney que ganhou, graças à colaboração de muitos parlamentares paranaenses, para vergonha do Paraná, inclusive o autor da emenda que deu mais um ano ao Presidente José Sarney, é paranaense. É o pastor do diabo, Matheus Iensen. Pastor do diabo porque ele contrariou os desejos do povo paranaense, os desejos do povo brasileiro e em permuta com estações de rádio, de televisão, apresentou esta emenda nefasta que mais uma vez contrariou os interesses da grande maioria.

Lamentável que a grande maioria dos Deputados paranaenses tivessem votado pelos cinco anos de José Sarney.

Eu pergunto e a Nação toda está a perguntar, por quê o Presidente José Sarney quer mais um ano de governo? Qual é a sua meta? Quais os planos de viabilização econômica? Quais os planos efetivos de combate à inflação, que deve começar pela austeridade do Governo em reduzir drasticamente o "déficit" público da Nação, porque isso é elementar.

Se temos uma receita X e gastamos Y, é evidente que temos que tomar dinheiro emprestado para pagar a diferença, é o que está ocorrendo com a Nação. Agora, ainda, o Governo promove mais de 40 mil contratações porque a nova Constituição proíbe admissões no serviço público sem concursos, então antes que entre em vigor a nova Constituição, o Governo apressa-se em contratar os apaniguados, aumentando o rombo do "déficit" público, aumentando o rombo das contas públicas e aumentando, efetivamente, as agruras e as dificuldades do povo brasileiro.

Eu concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. José Felinto - Quero parabenizar Vossa Excelência, pelo seu pronuncia-

mento, e informar-lhe, e aos Pares desta Casa, que primeiramente o Sr. Matheus Iensen não é pastor, porque se assim o fosse, já teria sido expulso da comunidade evangélica; em segundo, ele legislou contrariando os interesses da comunidade evangélica do Paraná e do Brasil, da comunidade evangélica pela qual ele nunca conseguiu ser eleito, tão somente nessa oportunidade de ter o apoio dos pastores. Ele nunca foi pastor, ele é um membro e é um aproveitador, um mercenário de religião. É isso que é esse cidadão, e que eu tive o desprazer de ser até um pouco culpado pela sua cessão.

Quero parabenizar Vossa Excelência e me somar a esse pronunciamento, que é inteiramente oportuno para nossa atualidade. Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Muito obrigado a Vossa Excelência, e eu, muito a propósito, disse que ele era pastor porque já esperava que Vossa Excelência, que foi dobradinha constante com o "pastor do diabo" em quase todos os Municípios do Paraná, viesse declarar para que conste dos Anais da Casa que ele foi um aproveitador da ingenuidade dos evangélicos do Paraná.

O Sr. Rafael Greca - Deputado Erondy Silvério, Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Muito me honra o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Rafael Greca - Eu me somo com Vossa Excelência e também com o Deputado Raul Lopes, na perplexidade que deve ser de todos os paranaenses com relação a essa ausência de planos do Governo José Sarney e mais do que isso, com os efeitos maléficos da dita operação desmonte, por exemplo, em cima da nossa malha rodoviária. Não só se duplicará a BR-116, neste Governo, como também acho que se vai reintroduzir a prática das tropas de mulas para transportar as cargas entre o Norte e o Sul do País, é claro que exceção feita ao trajeto da Ferrovia Norte-Sul, porque o DNR vai abandonar completamente a conservação das estradas. Então, se nesses corredores de transportes é onde escorria além da riqueza também a morte, agora nelas correrá a morte potencializada pela falta de conservação absoluta.

Eu gostaria de dar o testemunho do Deputado Tadeu França, que saiu do PMDB porque recebeu visita pessoal do Governador Álvaro Dias, acompanhado do Sr. Walmar Javarina, de Apucarana, e de outro assessor palaciano, onde o Governador pedia que se votasse pelos cinco anos do Presidente José Sarney, caso contrário não se poderia

permanecer na sua Bancada do PMDB Federal do Paraná, por isso o Deputado Tadeu França veio para o PDT. Então, agora nós, paranaenses, ficamos pensando se aquele Governador que no dia 1º de junho saiu nos jornais fazendo positivo com as duas mãos para o Presidente José Sarney, na frente do trono presidencial, lá no Palácio do Planalto, hoje está com alguma das mãos pelo menos fazendo negativo ou se ainda permanece nesta postura? O Paraná se ressentiu pela falta de uma posição política em favor das diretas este ano, e hoje nós vivemos o dia seguinte; o dia seguinte que nos faz ver no Sr. Matheus Iensen, antes um "sanfoneiro palaciano", do maior agrado, ou um "pastor do diabo", hoje. Eu me associo à sua preocupação e o homenageio pelo espírito patriótico de lembrar à consciência do Paraná as diatribes do Sr. Matheus Iensen.

Quero também lembrar à consciência da Assembléia e à História, que ele não estava só, na sua sanfona havia a mão do Governador Álvaro Dias.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu também já esperava esse aparte de Vossa Excelência, e vou respondê-lo, por parte.

Em primeiro lugar, com relação à BR-116, acho que o Governador Álvaro Dias e mais o Governador Orestes Quêrcia de São Paulo, devem deixar de esperar as benesses do Governo Federal, os dois Estados são potencialmente e economicamente fortes, podem juntos obter o dinheiro do Banco Mundial através de um empréstimo externo e da cobrança do pedágio, acabar de uma vez por todas com o drama de todos aqueles que viajam por essa estrada da morte, uma estrada cujo asfalto negro cobriu-se e cobre-se ainda e irá cobrir-se muitas vezes do sangue generoso do brasileiro e daqueles que nos visitam. Acho que o Governador Álvaro Dias não pode mais esperar nada de um Presidente que transferiu a sede do Governo para o Nordeste, e que onde só os amigos do rei é que efetivamente recebem as benesses do tesouro nacional.

Quanto a segunda parte, eu já esperava esse aparte, mas Vossa Excelência não pode, de maneira nenhuma, colocar no mesmo prato da balança o Deputado autor da emenda, o "pastor do diabo" Matheus Iensen, e o Governador do Estado. O Governador Álvaro Dias agiu em consonância com os legítimos interesses do Paraná, e a responsabilidade de um Governador é nestas horas dramáticas que se faz sentir, é que ela precisa ser imposta, e que o Governo deve ter autoridade para tomar o caminho político mais recomendável para o Estado. Todos sabemos que vivemos ainda num regime onde 70% da renda nacional drenam para os cofres federais e onde todos os prefeitos

deste País e os Governadores deste Brasil têm que ir a Brasília de chapéu na mão para conseguir dinheiro a fim de tocar as obras inadiáveis para seus Estados e para seis municípios.

Muito pior ainda seria, meu caro Deputado Rafael Greca, se o Governo tivesse a situação do Governo da Bahia e na situação dos Governadores cujas bancadas votaram pelos quatro anos por inspiração de seus Governos, e hoje estão com as obras públicas paradas, os empresários em atraso e com o desemprego rondando os lares dos seus Estados. O Governador, na oportunidade, tomou o caminho que era o melhor indicado para um Governador de Estado, e não acredito nesta versão fantasiosa do Deputado Tadeu França, conhecemos o dragão dengoso de outras eras e de outros carnavais, aqui mesmo neste Plenário, sabemos que jamais um Governador de Estado chegaria a um Deputado de sua bancada e diria: "ou vota pelos cinco anos ou sai do Partido"; isto eu não acredito porque conheço o comportamento do Governador Álvaro Dias e conheço o comportamento do Deputado Tadeu França, hoje em boa companhia, em companhia de Leonel Brizola.

Era isso, Sr. Presidente, que tínhamos a dizer na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Entramos no Horário das Lideranças. A Liderança do PTB por certo não fará uso do seu tempo.

Consulto a Liderança do PDS. (Declina) Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT.

Com a palavra o Deputado Rafael Greca, por sete minutos e meio.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Essa Liderança insiste junto à Presidência da Casa que nos responda às interpelações que fizemos na tarde do dia 31 de agosto a propósito da agressão sofrida pelo Deputado Algaci Túlio, agressão esta que lhe acarretou um ferimento na cabeça, a propósito da agressão sofrida por este Deputado por parte de um miliciano de nome Pontes, que me mostrava bomba de estilhaço que carregava nas mãos e me dizia: "esta bomba é para explodir nas fuças de Deputado agitador", e a propósito ainda de ter a Polícia Estadual feito uma verdadeira e efetiva varredura na Praça do Centro Cívico, na Praça de Nossa Senhora de La Salete, impedindo o direito de ir e vir dos cidadãos, em noite onde não estava decretado estado de sítio, e onde não havia ainda, e não sabemos se já foram revogadas as liberdades constitucionais, quanto mais as liberdades de deslocamento das pessoas defronte a este Palácio, defronte ao Palá-

cio do Governo e defronte aos múltiplos prédios públicos, que fazem parte deste Centro Cívico.

Queremos a resposta formal da Assembleia Legislativa, porque quando um Deputado é agredido, é o Legislativo inteiro que está sendo agredido. Quando um Deputado do PDR é agredido, é a Assembleia inteira que está sendo agredida, da mesma forma que foi a Assembleia agredida quando, pela insegurança pública reinante no Paraná, o Deputado Anibal Khury foi seqüestrado. Da mesma forma que os poderes são agredidos, toda vez que seus integrantes perdem o direito às imunidades.

Há que se cobrar da Presidência e da Mesa diretora dos trabalhos, que se oficie ao Sr. Comandante da Polícia, ao Secretário de Segurança e ao Governador do Estado, nos termos das nossas três representações, sob pena de se fazer perder nesta Casa todo o respeito pelas imunidades parlamentares. Não pararemos aqui, se esgotar a possibilidade de representação junto ao poder Executivo, via Mesa da Casa, procuraremos esta representação, daí então, junto ao Judiciário, denunciando agressões que sofremos nós Deputados, e mais do que isto, a arbitrariedade que se fez diante deste Centro Cívico.

Não gostaríamos de fazer isto, porque pretendemos que este Poder seja de fato Poder, não seja a Casa dos homens com dobradiças na espinha, que se dobram ao príncipe rancoroso e ao Palácio, cada vez que o príncipe e o Palácio querem transformar a política numa indústria de pequenos rancores, e mais do que isto, na indústria da repressão.

Sugerimos também ao Secretário da Cultura, Dr. René Ariel Dotti, campeão das liberdades democráticas, que faça acrescentar ao livro do jornalista Milton Ivan, sobre a repressão aos movimentos sindicalistas e reivindicatórios do Paraná, que faça acrescentar ao livro do jornalista Milton Ivan um capítulo sobre a repressão no Governo Álvaro Dias.

Se o ilustre pesquisador não tiver material necessário, podemos lhe oferecer, por exemplo, os exames de lesão corporal da professora Nelsi Fritz. Podemos oferecer também, as quase quatro horas de vídeo que temos, onde se pode perceber que o Palácio não queria ser incomodado pelos carros de som, das passeatas que se dirigiam a este Centro Cívico, e mandou reprimir violentamente, mandou reprimir, não de forma branda, como disse o Governador e muito menos, como disse o Governador: "Assisti às imagens de televisão e não vi ato violento da polícia", mas mandou reprimir com indistigível e repugnante violência, a livre manifestação das pessoas.

Ainda estão nos nossos olhos as ima-

gens dos funcionários dizendo as Ave-Marias e os Padre-Nossos, ou dizendo o Hino Nacional. Ainda estão nos nossos olhos a imagem do Secretário de Estado da Segurança, aquele que sai de máquina fotográfica Xereta, fotografando o Governador no Calçadão da Quinze, em matéria milionariamente paga, no dia seguinte à rede de televisão, editorial nacional. Nós ainda temos nos olhos as imagens do Secretário de Estado da Segurança, sendo numa "chaise longue palaciana" e dizendo que não havia repressão, quanto emolduravam as bombas, a fumaçada e a correria do povo.

Vimos o palaciano correr e vimos a perspectiva do Palácio se queixar para qualquer explicação aceitável à população.

Nós exigimos da Assembleia, da consciência histórica e democrática de todos os partidos políticos, aqui representados, a reparação aos Deputados ofendidos, e exigimos o convívio democrático aberto, com todas as categorias que reivindicuem melhoras de salário.

Não adianta o governo pagar milionários anúncios, argumentando com os níveis de professor que estão no último estágio de carreira, em todos os jornais do sul do mundo.

Não adianta também, o governo tratar o seu diálogo com a sociedade, como se fosse um "round" da luta do Maguila, ou uma produção de vídeo, onde se mente grande, se mente sempre, se mente muito, na tentativa sempre insana, de que a mentira se transforme em verdade.

O Governo deve dialogar, a Assembleia deve ser a casa do diálogo e nós Deputados devemos ser o instrumento do diálogo, caso contrário, as liberdades democráticas e a própria essência do ato de representar o povo estão em franco perigo, na medida em que um PM, armado de uma bomba de estilhaço, ameaça um Deputado e tenta calar um Deputado, na medida em que uma tropa de choque, armada com escudos, investe contra o povo desarmado, na medida em que assessores de palácio no meio das árvores da noite, atraíam o povo e o voto popular, orientando a varredura do próprio Centro Cívico, conforme vimos na noite do dia 30 para o dia 31 de agosto...

O Sr. Caíto Quintana - Permita-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. RAFAEL GRECA - ... Na medida em que tais coisas acontecem a própria liberdade padece, a própria representação popular padece. Nós temos hoje os vídeos, os filmes, as fotografias e os exames de lesão corporal de um Deputado agredido. Nós temos o testemunho deste Deputado que longe de ser um agitador é, antes, um zeloso



guardião das liberdades democráticas.

E, aliás, um cronista palaciano, andou escrevendo que eu teria dito à tropa de choque que pertencia à família antiga. Disse mesmo! Disse que pertencia à família antiga, interessada em aplainar os caminhos, em melhorar as situações, em pavimentar os caminhos e não em atirar pedras nas vidraças do Poder. No entanto, não recebi esse tratamento do comandante daquela operação e vi que a semana da pátria transcorreu nessa praça na paz própria dos cemitérios...

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- A Mesa informa a Vossa Excelência que seu tempo encontra-se esgotado e lhe concede mais trinta segundos para encerramento.

O SR. RAFAEL GRECA ... Mas, quero dizer à Assembléia e quero mais do que à Assembléia, dizer à consciência do Paraná que não é a imitação da avestruz a melhor das políticas, enfiar a cabeça na terra e manter de fora o corpo todo e, mais especificamente, além do corpo, as partes mais vulneráveis do corpo, não é a política mais inteligente.

Era isso que eu queria dizer.

Deputado Caíto Quintana, eu queria lhe dar um aparte mas eu espero que Vossa Excelência, me contradiga ou some comigo no horário reservado à Liderança do PMDB. Espero que após o seu discurso eu não precise perguntar como o povo; PMDB, "cadê", você.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Consultamos a Liderança do PT se fará uso do seu tempo. Com a palavra a Liderança do PT.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, demais presentes, acompanhando a nossa terceira sessão em 30 dias.

Certamente o Paraná está consternado com a vida dessa prolongada estiagem que os nossos campos assumem, cada vez mais, um ar de desolação. A Assembléia Legislativa também vive um clima de desolação causado pela estiagem da falta de coragem, da falta de competência, da falta de assumir o compromisso com que a maioria dos que integram este Parlamento, com as suas posturas nesses últimos tempos.

Desde 16 de agosto, portanto, 26 (vinte e seis) dias esta é a terceira vez que este Parlamento volta a se reunir em sessão aberta. O Poder Legislativo paranaense deveria ou deve estar com um ar de humilhação, envergonhado, cabisbaixo. Esta Casa, este Poder foi mais uma vez maculado, agredido e desrespeitado, não pelos professores que conviveram aqui pacificamen-

te, ordeiramente, durante 15 (quinze) dias à espera de que os 54 Deputados Estaduais exercessem as suas prerrogativas. Mas, sim pela omissão diante de uma das principais prerrogativas que este Parlamento negou nesses últimos 26 dias.

Uma dessas prerrogativas que é a de mediar os conflitos sociais, servindo de comunicação, de interlocutor entre os setores organizados da população e o seu Governo, e nesse caso o Governo do Estado do Paraná. Mas a espera dos mestres, nesses 15 dias, foi em vão. Foi uma triste espera, agravada pelo terrorismo praticado aqui dentro e principalmente lá fora, e tudo nos leva a crer que este terrorismo foi praticado por aqueles que agiram por livre arbítrio e ordem palaciana.

Esta Casa foi agredida pela omissão, pela covardia demonstrada por muitos daqueles que foram eleitos com o objetivo de efetivamente representar o povo e na hora em que o povo clama, eles disseram não. Esta Casa foi agredida e foram agredidos todos os paranaenses que acreditam nesta Casa, quando eles esperavam o empenho para abrir um canal de negociação com o Governo do Estado. Bastava, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a boa vontade da Mesa Executiva, a boa vontade do Líder da Bancada do Governo a boa vontade do Líder da Bancada do PMDB, a boa vontade da Bancada Governista que tem maioria nesta Casa; bastava esta boa vontade e teríamos sem dívida aquilo que os professores, que o magistério paranaense queria.

Aberta a porta do Palácio para o diálogo e a discussão, e a negociação daquilo que era de interesse do magistério paranaense, mas nada disso aconteceu. A Bancada oficial, a maioria dela desapareceu, salvo os que aqui estiveram, os poucos que aqui estiveram, ocultando-se irresponsavelmente e esta submissão do nosso Poder a pressão do Executivo Estadual, ficou mais do que evidenciada neste episódio, e os próprios professores tiraram as suas conclusões. O Poder Legislativo está falido e lamentavelmente temos que concordar, porque se em 15 dias, 54 Deputados não são capazes de mediar uma negociação com o Palácio Iguazu, efetivamente, para que que serve este Parlamento.

Em todos os períodos de ditadura da nossa história, o Parlamento sempre permaneceu atrofiado, amputado de suas prerrogativas mais elementares, mas esse momento mostrou mais uma vez a sua covardia, diante da greve do magistério, porque deu espaço para uma covardia ainda mais criminosa praticada às vistas desta Casa representativa, que mantinha os seus portões fechados, retratando imagens odiosas de nossa história.

É bom lembrar que no dia 30 de agosto



O Governo democrático que governa o Paraná, "democrático" entre aspas, é bom que se diga, consumou sua vocação arbitrária e lotada de incoerência, o massacre praticado aqui nessa praça pública, gratuitamente pela Polícia Militar do Governo do Estado do Paraná, contra os professores incriminou definitivamente as mãos deste Governo. Não vamos aqui narrar as barbaridades praticadas naquela jornada, não vamos falar nas bombas, nas prisões, nos espancamentos, nos ferimentos causados pelas explosões, da Polícia Montada lançada contra os manifestantes, não vamos falar do cinismo do Secretário Antonio Lopes de Noronha, desmentido de forma cabal pelas câmeras de televisão no exato momento em que ele negava haver violência, pois este homem já se tornou repugnante pelo seu cinismo diante da violência praticada pela sua polícia contra os sem-terras, contra os estudantes de comunicação no ano passado e agora mais uma vez atualizada, na greve dos professores.

É lamentável, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o comportamento deste Poder e nós queremos protestar, indagar e apelar para que todos os integrantes deste Parlamento assumam uma postura de representação e de mediador, porque nos futuros embates que nós tivermos e, principalmente, no processo Constituinte do Estado do Paraná, queremos o povo organizado, o povo presente e queremos este Parlamento ouvindo e reproduzindo os anseios do povo do Paraná.

Era isto, Senhor Presidente, era isto, Senhores Deputados e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Consulta a Liderança do PL se fará uso do seu tempo. Com a palavra o Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a saúde da população tem sido um dos assuntos que mais nos sensibiliza e preocupa.

Os serviços de saúde que vêm sendo prestados à comunidade paranaense com honrosas exceções estão cada dia mais deficientes, conforme denúncia da própria Associação Médica do Paraná. O sistema integrado de saúde até agora não passa de teoria. O crescimento da classe pobre devido à crise econômica sobrecarrega os serviços já existentes. Mas isto é apenas a constatação de uma realidade e uma cobrança que como representantes do povo do Paraná temos a obrigação de fazer. O que realmente queremos dizer é que há hoje, uma situação da maior insegurança em relação aos serviços de saúde prestados, e quem deles dependem está exposto a sérios riscos.

Há algumas semanas os jornais traziam

estampados nas primeiras páginas a fotografia de dois homossexuais. Um deles havia se suicidado depois de constatar que era portador do vírus da AIDS. O suicida era nada menos que um enfermeiro da UTI do Hospital Cajuru.

Uma pessoa portadora de uma doença incurável, cuidando de pacientes sem nenhum tipo de defesa em seu organismo e por isso mesmo, alvo fácil para a transmissão. E este caso pode ser apenas um dos muitos. Não existe apenas o vírus da AIDS. São tantas outras doenças que podem ser transmitidas. No Hospital Oswaldo Cruz, responsável pelo atendimento a doenças infecto-contagiosas no Estado, foi realizada recentemente uma vacinação contra hepatite do tipo B, porque testes haviam mostrado que grande parte dos funcionários eram portadores do vírus da doença e poderia estar transmitindo aos pacientes.

O que queremos e exigimos em nome da população do Paraná é que cuidados passem a ser tomados. É preciso que seja exigida a obrigatoriedade de exames em todo o corpo clínico dos hospitais, assim como dos demais funcionários, periodicamente. Não é possível admitir que alguém que, por exemplo, se recupera de uma cirurgia cardíaca, na UTI de um hospital, corra o risco de morrer de hepatite tipo B a mais perigosa de todas doenças, quaisquer transmitidas ironicamente por um profissional da saúde. Temos que exigir maior rigidez no controle de pessoal. Quantos outros enfermeiros podem estar contaminados pelo vírus da AIDS cuidando de ferimentos e cortes cirúrgicos de pessoas indefesas. Este flagelo já é grave demais, para que possamos nos dar ao luxo de ficar indiferentes. Novas leis precisam ser criadas e o controle levado a efeito. É a nossa segurança e de todos os seres humanos que estão em jogo.

E não bastando toda essa insegurança, ainda temos que nos deparar com a discriminação contra as classes menos favorecidas da população. Nas enfermarias dos hospitais o paciente não tem direito de receber visitas de seus parentes fora do horário permitido, um tempo mínimo durante a tarde, o qual, quem trabalha não pode desfrutar com cuidados ao familiar enfermo.

De outro lado, na ala particular, os mais abastados circulam livremente, levando guloseimas, flores e tudo quanto necessário o conforto do seu doente. O pobre não tem direito sequer ao conforto psicológico, através do contato e do afeto da sua família.

Senhores Deputados, muita coisa precisa ser revista.

A saúde do nosso povo escorrer por entre os dedos não pode continuar a ocorrer e de forma impassível por parte das autoridades competentes. Os riscos são cada

vez maiores e o atendimento é cada vez pior.

Precisamos, Senhores Deputados, cobrar do Governo medidas eficazes para melhoria do sistema integrado de saúde e torná-lo uma realidade. Precisamos, ainda, exigir segurança quando dos internamentos em hospital para tratar da nossa segurança. Não podemos correr o risco de sair de lá ainda mais doentes, condenados até a morte - quem sabe? simplesmente por não haver nenhum controle por parte do Governo quanto aos funcionários que operam nos estabelecimentos de saúde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Consultamos a Liderança do PFL se deseja fazer uso do seu horário no Horário das Lideranças.

Concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

A exemplo dos Deputados Rafael Greca, Algaci Túlio e Pedro Tonelli que se pronunciaram preocupados com o estado de greve que persiste no Magistério do Paraná, eu e a nossa Bancada também interessada e preocupada na solução do impasse, desejamos que no mais curto prazo possível se encontre uma solução. O Paraná corre o risco de prejudicar todo o período letivo de 1988 do 1º e 2º graus da rede oficial.

Fomos informados que chegaram hoje de vários lugares do interior, dezenas ou centenas de diretores de escolas estaduais envolvidas na greve, objetivando aqui junto à Secretaria da Educação, junto ao Senhor Secretário de Estado da Educação, a possibilidade do diálogo da discussão, da conversação.

Nós sobejamente sabemos que o Senhor Governador já se manifestara em outras oportunidades de que só conversaria com os professores quando fosse posto fim à greve, e que os professores voltassem às salas de aula. Não vejo que o Senhor Governador seja diminuído em nada, a sua autoridade, o seu prestígio político, se ele conversar, se ele permitir que se converse com os professores para que os alunos do Paraná voltem à sala de aula.

Quero neste espaço de tempo reservado às Lideranças, Senhor Presidente, também fazer um apelo aos nobres Parlamentares especialmente da Bancada do PMDB para que aprovem requerimento de nossa autoria, no sentido de que esta Casa seja informada pelo Senhor Governador do Estado, dos recursos destinados aos Municípios do Paraná, especialmente da Região Noroeste, que são os mais envolvidos e sacrificados com a estiagem que assola grande parte do Pa-

raná há alguns meses, onde trabalhadores rurais não têm serviço, não têm onde trabalhar, e onde os pequenos proprietários também estão impedidos de plantar, e da mesma forma, atravessam uma situação gravíssima. Em boa hora o Governo do Estado providenciou recursos junto à área federal, para que fosse amenizado o sofrimento de tantos milhares de conterrâneos.

Sabemos que o valor global é insuficiente e quase que insignificante. Mas é alguma coisa. A imprensa fala em 200 milhões de cruzados. Mas gostaríamos de saber o valor global, total e também quantos são os municípios beneficiados e qual é o valor. Estamos em plena campanha eleitoral. Sabemos que muitos prefeitos estão dando destinação correta, séria e honesta a esses recursos, mas temos informações de que em alguns municípios, as coisas não andam bem. Alguns prefeitos criam realmente o trabalho, principalmente serviços de limpeza da cidade, dos terrenos baldios, das margens das rodovias. Alguns aproveitam para a canalização das águas pluviais e ao combate à erosão. Alguns prefeitos não destinam nenhum trabalho, nenhum serviço e simplesmente repassam os recursos para compra de alimentos - a exemplo do que se faz no Norte e Nordeste.

Mas temos informações de que alguns prefeitos têm outras soluções: compram alimentos e distribuem cestas através de seus cabos eleitorais, através de seus candidatos a vereador, a prefeito e vice-prefeito! E nós não podemos permitir, Senhor Presidente que isto aconteça justamente com esse recurso que é pequeno mas que pode alimentar milhares de pessoas carentes, desprotegidas que realmente não têm mais o que comer.

Só mesmo andando pelos municípios do Noroeste é que se percebe a dor e o sofrimento daqueles trabalhadores que, na sua grande maioria, moram na cidade mas têm o seu trabalho na terra - são os chamados bóias-frias.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o apelo que fazemos, renovado, é para que votem o nosso requerimento, esse pedido de informação.

Eu quero crer que nenhum Deputado admite que isto esteja realmente acontecendo no Estado do Paraná. Mas, para isso, nós, Deputados e Câmaras de Vereadores, precisamos saber dos números: quanto se destinou a cada município? Quando? Esse dinheiro foi para onde? Para o "over night"?

Concluindo, Sr. Presidente, para dizer que tenho algumas dúvidas com relação a essas informações oficiais, chego a acreditar e o requerimento tem o objetivo de informar à Casa, o Poder Legislativo, e também as Câmaras Municipais, para que os

Srs. Vereadores possam, conhecendo os números, ajudar na fiscalização, na execução e na destinação desses recursos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Consulto a Liderança do PDC, se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB, se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Sr. Deputado Nestor Baptista, por sete minutos e meio.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Bancada do PMDB deixou de lado o espalhafato fácil, a conversa fácil, o verbo fácil, a demagogia barata e tem, nesses últimos tempos, mais precisamente, nesse período de greve dos senhores professores, que encontrar o melhor caminho, o caminho mais tranqüilo, o mais pacífico, o mais inteligente e o menos agitador, para que esta greve possa cessar para que os alunos voltem às aulas, para que os professores voltem também à escola, para cumprir com o seu papel, e possam voltar, evidentemente, após uma ampla e total negociação entre o Governo do Paraná e os professores, através de suas entidades.

Há poucos instantes, como já havíamos feito na semana passada, mais precisamente na segunda-feira, me parece que cinco de setembro, estivemos com o Deputado Artagão Mattos Leão e praticamente toda a Bancada do PMDB dialogando demoradamente com o Governador Álvaro Dias. Hoje pela manhã, mais uma vez a Bancada esteve no Palácio do Governo e desta feita com o Secretário de Estado da Educação, com o Secretário Chefe da Casa Civil e com o Secretário da Comunicação.

Na oportunidade, a Bancada do PMDB fez um convite para que os representantes da APP estivessem dialogando com a Bancada do PMDB e há poucos instantes a Bancada, liderada pelo Deputado Artagão Mattos Leão, recebeu a Presidente da AP, Professora Isolde Andreatta e o Vice-Presidente Paulo Maria, e a nossa Bancada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fez entrega de uma carta assinada pelo Secretário de Estado da Educação, Belmiro Valverde Jobim Castor, que passo a ler neste instante, pois foi uma carta de inspiração da Bancada do PMDB e eu apenas sou o porta-voz como integrante desta Bancada:

"Curitiba, 12 de setembro de 1988.  
Senhora Presidente:

Os efeitos da paralisação parcial da rede escolar paranaense são progressivamente mais severos e tendem a criar situações de danos irreversíveis tanto para a comunidade, quanto para o professorado e a

sua Associação.

O Governo, diante desse quadro, expressa a sua disposição, já manifestada publicamente, de contribuir para que se estabeleça o diálogo capaz de superar essa situação.

Nestas condições, o Governo do Estado formula a seguinte proposição: simultaneamente ao reinício das aulas, com a suspensão da greve por parte da APP, será formalizada uma Comissão de representantes do Governo e da entidade, para discutir, entre outras, as seguintes questões:

- a. O reajuste do calendário escolar;
- b. A reposição de aulas;
- c. As reivindicações profissionais

da categoria a serem avaliadas, inclusive diante das disposições constitucionais relativas à educação;

- d. As bases do relacionamento entre o Governo do Estado e professores, através de sua entidade representativa.

Encarecemos a urgência de uma resposta da APP a esta proposição, visto que, quanto antes se restabeleça a normalidade no sistema educacional, mais fácil será evitar os prejuízos de difícil ou impossível reparação para todos.

Atenciosamente, Belmiro Valverde Jobim Castor, Secretário de Estado da Educação".

Portanto, Sr. Presidente, a Bancada do PMDB que em momento algum esteve ausente de todos os acontecimentos verificados desde o dia 1º de agosto a esta data, mais uma vez se coloca com calma, com tranqüilidade, com inteligência, muito bem liderada pelo Deputado Artagão Mattos Leão, no sentido de fazer com que milhares de paranaenses possam voltar à escola; uns, para dar aula; outros, para assistir às aulas e para que o Paraná possa fugir desse atual impasse que, como diz a própria carta assinada pelo Secretário de Educação, situação que é danosa para todos nós da comunidade paranaense.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Passamos à...

O SR. ANTONIO BELINATI - (Pela Ordem) Sr. Presidente,

para solicitar de Vossa Excelência que determine seja consignado na Ata dos trabalhos desta sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo trágico falecimento do jovem Rodolfo Loures Bueno, filho do ex-Deputado Renato Bueno, que faleceu em acidente automobilístico quando retornava a esta Capital. Lamentamos profundamente a perda e nos associamos à família do querido amigo nesta hora de grande dor e profundo pesar.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Seja anotado em Ata o solicitado pelo Deputado Antônio Belinati.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem)

Gostaria de registrar também o nosso voto de pesar em nome da bancada do PMDB pelo acidente ocorrido com o soldado da Polícia Militar, cumprindo sua missão e o seu dever, que morreu queimado aqui na região de Curitiba.

Então, esta Bancada gostaria de registrar o voto de pesar.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Seja registrado em Ata o voto de pesar proposto pelo Deputado Dirceu Manfrinato.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

A Mesa com base na Resolução 2/71, abre prazo por 3 (três) dias consecutivos, a contar desta data, para oferecimento de Emendas à Proposição nº 96/88, Proposta de Emenda à Constituição Estadual, de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado.

À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 72/88, de autoria do Deputado Domingos Scarpellini, que proíbe a realização de provas do tipo "Rally" ou competições automobilísticas (lato sensu) nas Estradas Estaduais. Aprovado. (Publicado no DA. nº 18, de 05.04.88).

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 63/88, de autoria do Deputado Homero Aguiado, que denomina de "Estrada Doutor Landulfo Mendes de Souza" a estrada que liga a cidade de Cambé ao Distrito de Vila Prado Ferreira, no Município de Miraselva, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 94/88, de autoria do Deputado Acyr Mezzadri, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE CAMPO ALTO II, com sede e foro na cidade de Colombo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 101/88, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Planalto, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 113/88, de autoria do Deputado Anibal Khury, que transfere ao filho deficiente do beneficiário original, Senhor Adão Afonso Kartkoph, a pensão concedida através da Lei promulgada nº 46/64, de 14.09.64. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 138/88, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO LAR MOSSUNGUE, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº

102/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 51/87), objetivando introduzir modificações na Lei n. 6.364, de 29 de dezembro de 1972 (Lei Orgânica do ICM), conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.C., por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO.

(Obs: Todas as EMENDAS receberam PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., C.F. e C.I.C., por unanimidade). EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emendas supressivas de Plenário, em número de oito, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO,  
DE N° 01, AO PROJETO DE LEI N° 102/87

Art. ... - Fica revogado o art. 1° do Projeto de Lei n. 102/87.

Sala das Sessões, em 12.09.88.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE N° 02

Art. ... - Fica revogado o artigo 9° do Projeto de Lei n. 102/87.

Sala das Sessões, em 12.09.88.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE N° 03

Art. ... - Fica suprimido o artigo 8° do Projeto de Lei n. 102/87.

Sala das Sessões, em 12.09.88.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE N° 04

Art. ... - Fica suprimido o artigo 6° do Projeto de Lei n. 102/87.

Sala das Sessões, em 12.09.88.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE N. 05

Art. ... - Fica suprimido o art. 5° do Projeto de Lei n. 102/87.

Sala das Sessões, em 12.09.88.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE N. 06

Art. ... - Fica suprimido o artigo 4° do Projeto de Lei n. 102/87.

Sala das Sessões, em 12.09.88.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE N. 07

Art. ... - Fica suprimido o artigo 3° do Projeto de Lei n. 102/87.

Sala das Sessões, em 12.09.88.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE N. 08

Art. ... - Fica suprimido o artigo 2° do Projeto de Lei n. 102/87.

Sala das Sessões, em 12.09.88.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Todas as emendas receberam pareceres contrários da C.C.J., C.P. e C.I.C. por unanimidade, em Regime de Urgência.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 102/87

Autor: Dep. Basílio Zanusso

I - Por requerimento aprovado pelo Plenário da ALE, em sessão de 04.12.87, retorna o presente plano de lei para análise de 8 emendas apresentadas em Plenário pelo ilustre Deputado Basílio Zanusso.

II - As emendas, todas supressivas, reduzem a mensagem apenas ao artigo 7°. Nenhuma justificativa acompanha a iniciativa do parlamentar.

III - Todas as emendas encontram oposição no artigo 47 da C.E., inciso I que atribui privativamente ao Governador a iniciativa do processo legislativo que disponham sobre matéria financeira (grifamos).

Razão por que opinamos contrariamente as emendas apresentadas. Pela rejeição. S.M.J.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.09.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN  
Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N. 102/87

P A R E C E R :

O Projeto de Lei n. 102/87, oriundo da Mensagem Governamental n. 51/87, que tem o objetivo de introduzir modificações na Lei n. 6.364, de 29 de dezembro de 1972 (Lei Orgânica do ICM), retorna a esta Comissão de Finanças para que a mesma se manifeste, através de parecer, sobre as emendas apresentadas em Plenário pelo nobre Deputado Basílio Zanusso.

As referidas emendas já foram apreciadas pela douta Comissão de Constituição e Justiça, considerando-as inconstitucionais, pois ferem o artigo 47 de nossa Carta Magna Estadual, que define como prerrogativa do Chefe do Poder Executivo a iniciativa sobre matéria financeira.

Por outro lado, as emendas propostas, todas de caráter supressivo, sem as necessárias justificativas, reduzem o projeto de lei original a tão somente o artigo 7°. O que vale dizer, rejeitam em sua essência

as modificações propostas na Lei Orgânica do ICM, que visam o ajuste e aprimoramento da função arrecadadora do Estado.

Neste sentido, tendo em conta a inconstitucionalidade das referidas emendas, manifestamos o nosso parecer contrário, opinando pela rejeição das mesmas.

Sala das Comissões, em 25.04.88.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator

# COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## PROJETO DE LEI N. 102/87

P A R E C E R:

A Comissão de Indústria e Comércio ao analisar o Projeto de Lei n. 102/87, oriundo de Mensagem Governamental n. 51/87, em especial as emendas apresentadas em Plenário pelo nobre Deputado Basílio Zanusso, elenca dois fatos, de suma importância, que vêm depor contra a concretização de tais emendas. Assunto este já discutido nos pareceres das doulas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

01 - As referidas emendas, todas supressivas, reduzem o projeto de lei a apenas um artigo (7º), visando com isso rejeitar as modificações propostas, que é a essência do projeto; deixando-o, portanto, inexpressivo e desnecessário.

02 - O nobre Deputado Basílio Zanusso, ao propor tais emendas, torna o projeto de lei inconstitucional, ferindo, abertamente, o artigo 47 da Constituição Estadual, colocando-se contra a prerrogativa do Chefe do Poder Executivo, que é de ter iniciativa no que tange a matéria financeira.

Por estes motivos expostos, e já analisados pelas duas outras Comissões mencionadas, é que manifestamos o nosso parecer Contrário, opinando pela Rejeição de tais emendas.

Sala das Comissões, em

(aa) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Presidente

NILTON BARBOSA

Relator

Em discussão o projeto e as emendas.

O SR. PEDRO TONELLI - Para discutir Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Para discutir Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Finalmente, as gavetas da nossa Assembleia Legislativa, começaram a ser abertas, está na Ordem do Dia, em 2ª. Discussão, um Projeto oriundo de mensagem Governamental que nós, do Partido dos Trabalha-

dores, nesta Casa, sempre achamos de valia, e consideramos que este projeto já deveria ter sido votado e aprovado no ano passado, imediatamente, quando ele deu entrada nesta Casa Legislativa.

Por quê? Porque, nós vivemos num País, e é lamentável afirmar isso, onde meia dúzia de privilegiados, que não precisa de ajuda de Governo, que não precisa de ajuda de Poder, tem tudo o que quer.

E onde a grande massa produtora trabalhadora desse País, os menos favorecidos, não encontram apoio, não encontram incentivo, que a função do Estado é fazer cumprir e estabelecer direitos e deveres, para com toda a sociedade e principalmente para a maioria da população do seu País, do seu Estado.

Ouvimos, muitas e muitas vezes quando das reivindicações dos trabalhadores, dos pequenos empresários, dos funcionários públicos, afirmações, que davam conta de que o Estado não pode atender, porque não tem recurso.

Muitas e muitas vezes, foi dito naquela tribuna, principalmente lá do outro lado, foi dito, que o Estado não está arrecadando o ICM para pagar os funcionários da Assembléia, para pagar o Polícia Militar, para pagar os funcionários públicos. Agora, na semana passada, diz que não tem ICM para pagar os professores do Estado do Paraná. Muitas e muitas vezes ouvimos, testemunhamos e provamos através dos anais desta Casa, afirmações deste tipo.

Por isso, quero fazer um apelo ao Senhor Presidente, aos Senhores Parlamentares, aos integrantes dos oito Partidos que compõem esta Casa Legislativa: acho que nós temos que aprovar este projeto, oriundo de mensagem.

Por quê? Porque intencionalmente ele começa a reduzir alguns pequenos privilégios de uma "gang", para não dizer quadrilha, de empresários maus pagadores que nós temos neste Estado do Paraná, que muitas vezes foi-lhes passada a mão por cima e eles puderam usar o dinheiro público, o dinheiro do Estado, o dinheiro dos cofres públicos, que deveriam retornar em educação, em saúde, em reforma agrária, em mais emprego, em mais salário, e foram usados por meia dúzia de grupos econômicos deste Estado, para colocar no "over", "open", na caderneta de poupança, usando o dinheiro do povo para enriquecer muito mais, ilicitamente.

Esta mensagem, ela tem basicamente dois pontos fundamentais. O primeiro que reduz de 90 para 60 dias a inscrição na dívida ativa. Uma medida justa. Acho que não tão justa quanto necessária. Mas, mais justa do que é atualmente, porque atualmente os grupos econômicos, os grandes em-



presários têm prazo estabelecido para recolher. Depois têm mais um prazo de dilação, termo de acordo entre a Secretaria de Estado das Finanças e a empresa. Depois, devem ter mais um termo de acordo. E daí, quando vai pagar a dívida, já não vale mais. E se não quiser pagar, tem mais 90 dias para inscrever na dívida ativa do Estado. Foi-se um ano usando o dinheiro do consumidor, o dinheiro do povo. Porque o povo não pode negar ICM para o Estado, não pode fazer termo de dilação, termo de acordo, porque quando você vai comprar um quilo de farinha, o ICM está embutido no preço do produto. Você não pode deixar para pagar a semana que vem. Quando você vai comprar uma carteira de cigarro, o imposto já está embutido. Você não pode deixar para pagar a semana que vem.

Quando você comprar a carne, o salame no frigorífico, você não pode deixar para pagar o ICM no ano que vem. Por que é que só o dono do frigorífico, o grande empresário tem privilégio de pagar o ICM um ano depois ao Estado, quando não vale mais nada. Aí justifica o próprio Estado em dizer que não tem dinheiro para pagar os seus funcionários, não tem dinheiro para pagar aos benefícios que a população tem direito. Portanto, acho que esta mensagem, neste ponto, talvez, ela não estabelece uma justiça como a gente gostaria que houvesse à política de tributação e à política do Estado com relação aos empresários do Estado do Paraná. Mas, a intenção dela em começar a reduzir, nós temos que louvar.

Outro ponto que também faz parte do teor no mérito desta mensagem é a "otimização" da dívida. Transformar em OTN as dívidas dos maus pagadores do Estado do Paraná. Sinceramente, nós temos que concordar que um Estado que tem vigor, que tem servida, que quer se justificar perante a população, um Estado que quer representar os anseios da população, nós, de maneira nenhuma podemos admitir que continuemos tendo uma política de incentivar os maus pagadores e castigar aqueles que são os corretos, os bons pagadores, aqueles que têm coerência!

Portanto, esta medida de transformar em OTN a dívida dos maus pagadores do Estado, eu acho que é um castigo merecido. Aliás, nós vivemos num País onde o cruzado não vale mais nada, ou é dólar ou é OTN, infelizmente a gente está comprando em OTN e recebendo em cruzado, um dia nós queremos que, ou todos dólar, ou todos OTN ou todos cruzados, nós temos que chegar a este ponto. Acho que é um castigo para aqueles que, costumeiramente se beneficiam, enriquecem ilicitamente, indevidamente, a custa de recursos públicos com proteção de lei, e na maioria das vezes, com proteção do próprio Estado!

Nós podemos aqui reproduzir, ou lembrar, reproduzir não é necessário, matérias publicadas na imprensa paranaense, este ano. Nós temos aqui matéria publicada no ex-Diário Oficial do Paraná, Correio de Notícias, uma afirmação que diz o seguinte: "Estado divulga os nomes dos 35 maiores sonegadores de ICM". Aí, se nós formos ver a lista dos maiores sonegadores do Estado nós ficaremos, certamente, estupefatos, nós vamos saber porque é que o Estado diz que não tem arrecadação de ICM! Isso foi publicado no dia 8 de abril de 1988, aonde temos empresas que estavam devendo 566 milhões de cruzados, na época era 10% da folha de pagamento do Estado de toda a folha de pagamento, dos 185.000 servidores do Estado, poderia ser pago, se fosse executado um devedor, o devedor que deve mais, que sonegou mais para o Estado do Paraná! E, devem lembrar também, que do Jornal "Indústria e Comércio" do dia 6 de abril de 1988, não faz muito tempo, 6 meses, nós temos aqui uma manchete que diz: "Empresas devem 17 bilhões ao Estado, mas a maioria é insolvente ou fantasma" aonde é que está a política do Governo do Estado do Paraná, para encostar na parede a fraude? A maneira fácil de fraudar o Estado, de fraudar os cofres públicos, de fraudar a falência de estabelecer empresas fantasmas, onde é que está? Por enquanto continua.

Gostaria também de lembrar aqui que, na semana retrasada eu fui acusado por um Parlamentar, Vice-Presidente do PMDB, do Paraná, neste Plenário, e muitos que aqui estão são testemunhas, esta galeria também estava cheia de professores, de pais de alunos que também são testemunhas, de mentiroso. Daquela tribuna. Fui acusado porque eu afirmei aqui que o Estado estava fazendo corpo mole com os contribuintes do ICM, e eu afirmava aqui, que neste ano, muitos termos de acordo de dilação de prazo de 4,6,8 meses foram estabelecidos, entre o Governo do Estado do Paraná e empresários devedores de ICM, no Estado do Paraná. Eu não esqueci da afirmação, acusando-me de mentiroso, proferida pelo Deputado Furiatti, eu ainda não esqueci! E eu gostaria que fosse desmentido aqui, nesta tribuna, gostaria que o Deputado Paulo Furiatti ou qualquer um que aqui está fosse para aquela tribuna e desmentisse publicações no Diário Oficial deste ano, que contém dilações de prazo de empresas como por exemplo, a Frigo Mendes, de Colorado, um termo de acordo publicado no Diário Oficial do dia 4 de janeiro de 1988, página 5, com dilação de prazo de seis meses de agosto do ano passado até dezembro do ano passado para recolhimento de ICM para os cofres públicos.

Gostaria que desmentissem aqui nessa

tribuna oficial, na tribuna governista o que consta no Diário Oficial no dia 14 de abril de 1988, na página 19, um termo de acordo de n° 846/88, de dilação de prazo entre o Frigobras, Companhia Brasileira de Frigoríficos, de Araucária. Meses de dilação - março a dezembro de 88. - 9 meses.

O Sr. Paulo Furiatti - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento do orador) - Nobre Deputado, apenas para um esclarecimento, eu gostaria que Vossa Excelência esclarecesse o prazo de recolhimento do ICM. Vossa Excelência falou que era 180 dias da última vez. Que o Governo do Estado estava dando prazo de recolhimento de ICM num prazo de 180 dias.

O SR. PEDRO TONELLI - Além dos prazos de recolhimento do ICM. O Governo está dando prazos, mais dilação de prazo acima do prazo do recolhimento do ICM.

Gostaria que fosse explicado aqui também o termo de acordo publicado no Diário Oficial que dá dilação de fevereiro a julho de 1988 aos Muller Irmãos S.A. Gostaria que explicasse também, publicado no dia 25 de março, página 7, do Diário Oficial, termo de acordo de n° 839, da Copavel, Cooperativa com sede em Cascavel, janeiro a junho, dilação de prazo de arrecadação de ICM. Frigoal, de Guaíra, prazo de dilação fevereiro a junho de 1988, publicado em 9 de março.

Gostaria que fosse explicado aqui também se é mentira mesmo ou não é a dilação de prazo do Frigorífico e Comércio de Carnes Frigorelli, de Arapongas, janeiro a junho de 1988, publicado em 3 de março de 88.

Gostaria que fosse explicado aqui também, se é mentira o termo de acordo entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Estado das Finanças e o Frigorífico Umuarama Limitada, com dilação de janeiro a junho de 1988. Se isso for mentira e o que consta os atos do Executivo que são publicados no Diário Oficial, se esses atos são mentira mesmo, então eu me redimo e confirmo que realmente eu sou mentiroso. São dados que dão transparência, desse governo, extraídos do Diário Oficial do Estado do Paraná.

Senhor Presidente e Srs. Deputados, portanto, nós como parlamentares, nós como defensores do bom senso, defensores da igualdade de direitos e de deveres, defensores de uma política de justiça tanto para os trabalhadores como para os empresários paranaenses, os grandes grupos econômicos, certamente não temos que ter dúvidas e temos que aprovar tal mensagem.

Se há carestia, que os empresários têm que visitar o palácio com os seus representantes e lamentar benesses e privilé-

gios, um Estado sério tem que conceder para todos. Se temos que apertar o cinto como estamos vendo presente no dia-a-dia para toda a massa trabalhadora, o trabalhador do campo, o trabalhador da cidade, eu já afirmei aqui muitas e muitas vezes que enquanto o salário aumenta 600%, a luz sobe 1.200, a água 1.300, o pão 3.000%.

Tem que apertar o cinto? Há arrocho? Então vamos arrochar também os grupos econômicos. Vamos arrochar o BAMERINDUS, vamos arrochar a Sadia, vamos arrochar o Frigorífico Umuarama, vamos arrochar o Malucelli, vamos arrochar o JUMBO, vamos arrochar aqueles que todo o ano compram um avião novo, aqueles que todo o ano compram uma casa a mais na praia, vamos arrochar aqueles que viajam para o Japão, para a França, para a Inglaterra, para os Estados Unidos, fazer turismo. Por quê não? Por quê não vamos arrochar? Vamos arrochar aqueles que não conseguem pagar uma escola para o seu filho? Vamos continuar arrochando aquele que vive de 15, 20, 30, 40, 50 mil por mês? Vamos continuar arrochando aquele que planta o milho, aquele que planta o feijão aquele que planta arroz, que teve somente 480% de aumento nos seus produtos de um ano para cá? Por quê?

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, apelo a todos, espero que esta mensagem, que ficou lamentavelmente um ano e meio nas gavetas desta Casa, não deveria estar; espero que essa iniciativa seja aprovada e que seja o começo de uma nova história política do Paraná, uma nova história aonde aqueles que podem mais têm que pagar mais e aqueles que merecem mais, têm que receber mais. Por isso, o Partido dos Trabalhadores vota favoravelmente a este projeto de lei, oriundo de mensagem, porque intencionalmente ainda não faz justiça, mais pelo menos se começa. Era isso Senhor Presidente, era isso Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Encerrada a discussão, em votação...

O SR. RAFAEL GRECA (Para encaminhar)

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca por 10 minutos.

O SR. RAFAEL GRECA - (Para encaminhar) A Bancada do PDT, Senhor Presidente e Senhores Deputados, concorda com o teor da Mensagem do Senhor Governador, nós só lamentamos o atraso no seu processamento dentro desta Assembleia, porque dizia o Governador em expediente recebido pelo

Presidente da Casa, no dia 10 de junho de 1987, portanto, há mais de um ano atrás, que estas alterações são indispensáveis à conjuntura econômica do País após o Plano Cruzado e visam primordialmente reduzir a evasão da receita derivada, decorrente da arrecadação do principal imposto Estadual, que é o ICM. Diz ainda a mensagem do Governador, que esta alteração na redução de 90 para 60 dias do prazo de rito sumário para lançamento na dívida ativa das dívidas com ICM, possibilitará que, em menor prazo, se possam inscrever os débitos não pagos na dívida do Estado ou proceder-se ao lançamento de ofício das diferenças faltantes, alcançando o seu contribuinte inadimplente mais rapidamente, o que aumentará e muito a possibilidade de cobrança, quer amigável ou quer judicial.

Ao somarmos com a intenção do Secretário da Fazenda e do Governo do Estado, em enviar esta mensagem oportuna para esta Casa, nós queremos qualificar a nossa bancada de Oposição, não como uma oposição impertinente, porque nós não fazemos oposição ao Paraná, muito menos aos atos do Governo do Paraná, que digam respeito a elevadas questões de Estado, como esta, de adequar a conjuntura econômica do País à arrecadação dos impostos. Queremos qualificar a nossa Bancada, que vota com o Governo, na medida em que o Governo possa realmente atender aos anseios da sociedade.

Eu imagino que o meu voto favorável, os outros Deputados da minha Bancada se retiraram por razões de força maior mas eu fiz questão de ficar neste Plenário para dar este voto favorável simbolizando o voto da Bancada do PDT. Inclusive, eu conversei com o Dr. Leonel Brizola hoje pela manhã pelo telefone e ele me recomendou que votasse favoravelmente a esta matéria. Fiz questão de ficar neste Plenário para mostrar a esse Governador que se deve atender aos anseios da população com a mesma presteza que os Deputados de Oposição atendemos aos reclamos que a história do Paraná nos faz, inclusive na adequação da arrecadação do Estado ao momento econômico do País.

Vê-se que este Projeto de Lei 102/87 não teve desta Assembleia a acolhida urgente e necessária que mereceria ter tido, portanto, para a história também fica o nosso protesto.

E aos ouvidos palacianos frequente neste Parlamento fica a advertência deste Deputado de Oposição que nós não nos opomos ao Paraná, se não nos opomos aos rancores que transforme o Governador do Paraná numa pessoa isolada em Palácio.

Em isso.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Para

encaminhar concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente eu teria algumas considerações a fazer às colocações, no entanto, como as Bancadas estão se pronunciando favoravelmente a votação, eu apenas quero registrar que me parece que o Paraná tem consultado os seus líderes nacionais, e hoje pela manhã eu entrei em contato com o Dr. Ulisses Guimarães e ele recomendou que nós votássemos a favor desta matéria.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Está em votação.

Para encaminhar concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente eu solicito a palavra especialmente para requerer a retirada de algumas emendas que apresentei quase todas modificativas e supressivas ao projeto em discussão.

Faz um ano e meio, mais ou menos, que esta Casa recebeu a Mensagem, e nós apresentamos as emendas basicamente procurando manter aqueles prazos de recolhimento conforme a lei vigente. Eu discordo em alguma coisa do Deputado Pedro Tonelli quando ele diz que a Bancada do Partido dos Trabalhadores vota com a mensagem numa forma de reprimir os proprietários, as indústrias, das quais algumas ele faz menção da lista que tem, de grandes devedores de ICM do Paraná.

Esta Casa deve ter a cautela de zelar também pela classe produtora. Sou homem de raízes humildes, filho de agricultor, também trabalhador, mas não pode o Estado, sob qualquer pretexto, esmagar quem trabalha e quem produz. Era o objetivo naquela oportunidade de que as empresas contassem com aqueles prazos um pouco maior, um mês, porque esse dinheiro do ICM, esse imposto, as firmas usavam e utilizavam como espécie de capital de giro, que é muito importante para as empresas. E da mesma forma não permitia com as minhas emendas que os contribuintes fossem penalizados, que a exigência de recolhimento tivesse seu prazo diminuído e os juros acrescidos, aumentados. Mas não foi só pela eloquência do Deputado Pedro Tonelli e do Deputado Rafael Greca, que eu retiro as emendas, porque nesses, quase, dois anos muitas coisas mudaram no Paraná.

Eu também verifico a necessidade premente que exige do Governo do Estado usar a máquina administrativa para aumentar a receita, para cumprir as suas obrigações. Todos os dias falamos aqui, que praticamente a receita do ICM é destinada a pagamento do funcionalismo do Estado. Não aceito, não posso entender. Já tantas ve-

ses dito aqui, que este Estado rico, trabalha e produz impostos, para pagar o seu funcionalismo, decorrente de uma política de empreguismo, que se implantou neste Estado, de poucos anos para cá.

E o Deputado Pedro Tonelli falou de uma relação de indústrias ou de comerciantes, ou de empresas comerciais conhecidas no Paraná, grandes devedoras de ICM; sem dívida alguma, Sr. Presidente, porque estas indústrias ou estes comerciantes foram estimulados pelo Governo do PMDB, que deu a anistia mais vergonhosa já vista neste Estado, nos últimos tempos do Governo José Richa.

Vou retirar as emendas, e o faço neste instante, vou votar favoravelmente a proposta, a mensagem do Sr. Governador, reduzindo os prazos de recolhimento, agilizando a receita e aumentando-a da mesma forma. Mas, esperando que não se repita no Paraná, o que se viu há tão pouco, uma anistia que beneficiou milhares daqueles que deixaram de dar um propósito de não pagar os impostos na ocasião, nos prazos devidos, para serem beneficiados escandalosamente, nas vésperas eleitorais.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência, antes de dar a palavra ao nobre Deputado, que já se encontra na tribuna, pergunta ao Deputado Basílio Zanusso, se Vossa Excelência está retirando todas as suas emendas apresentadas.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Todas.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Obrigado.

Com a palavra o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Inicialmente, como todos sabem, quero dizer que sou comerciante, sou empresário, antes de mais nada. Estou Deputado, mas, sou realmente empresário. Não devo sequer um centavo aos cofres públicos, não só do Estado, mas, como do Município e da União.

Entretanto, não posso aceitar as agressões gratuitas partidas do Deputado Pedro Tonelli, contra as classes produtoras do Estado. Não se pode, absolutamente,...

(Conversas paralelas)

O SR. ERONDY SILVÉRIO - ... Eu não dei aparte a V. Exa., Vossa Excelência tenha educação e peça aparte. Não admito que Vossa Excelência interrompa o meu pronun-

ciamento, como não interrompi as baboseiras que V. Exa. falou dessa tribuna.

Vossa Excelência não tem o direito de interromper o meu discurso. Peço ao Sr. Presidente, que determine o cumprimento do Regimento Interno da Casa; não concedi apartes, não admito interrupções.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência mantém a palavra assegurada ao Deputado que se encontra na tribuna.

Solicito ao Deputado Pedro Tonelli que apenas o aparteie se for autorizado pelo Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Vossa Excelência deve saber que encaminhamento de votação não cabe aparte. E Vossa Excelência costumeiramente, também não concede aparte a ninguém nesta Casa.

Senhor Presidente, eu não posso aceitar agressões gratuitas, partidas de quem jamais teve a responsabilidade de uma folha de pagamentos; de quem jamais teve a responsabilidade de se constituir naqueles que são as verdadeiras estruturas do poder público. O que é o poder público nesta Nação sem o comércio, sem indústria e sem agricultura? Ninguém vive os trinta dias do mês, de um empresário público; num País em que se mede a inflação, não mais por mês, mas por dia; num País em que o dólar, no "black" atinge, hoje, quase 80% do dólar a câmbio oficial, num País de desperdício, num País em que o Presidente inepto, despreparado e incapaz, tem levado este País para as raias da loucura, o empresário se constitui na verdadeira estrutura do Poder Público. Não funcionaria este Poder se não fosse os impostos recolhidos dos empresários. Não estaria aqui o nobre Deputado Pedro Tonelli usando uma tribuna e sendo muito bem remunerado para agredir aqueles que, com o seu suor, com a sua labuta e com o seu trabalho, vêm se constituindo na viga mestra da Nação, do Estado e do Município.

Eu voto favoravelmente à mensagem. A mensagem é contra os maus pagadores, mas, ela é cruel em determinados artigos e parágrafos. Não deveria nunca, jamais, o nobre Deputado Basílio Zanusso retirar as suas emendas, que aliviam, que atenuam, substancialmente, a fúria fiscal do Governo do Estado.

Nós entendemos que o Governo precisa arrecadar, nós entendemos que o Governo precisa de receita, precisa equilibrar as suas despesas, nós entendemos que o Governo do Estado e dissemos isso também na presença das galerias cheias, porque o Governo do Estado não fabrica dinheiro, não tem máquina, não tem guitarra, vive da sua arrecadação. Nós entendemos tudo isso e, por isso, votaremos favoravelmente à men-

Mas, não recriminamos à exemplo do nobre Deputado Rafael Greca a demora da tramitação da mensagem nesta Casa, porque esta Casa é a caixa de ressonância popular, é o desagudouro das queixas, das aflições, é o desagudouro das reclamações de todo os segmentos da sociedade paranaense e esta Casa precisa ter o cuidado ao votar uma mensagem de tanta importância, porque como bem frisou o nobre Deputado Basílio Zambasso, num País em que a inflação mede-se ao dia e não ao mês os empresários usam, realmente, o dinheiro do ICM como capital de giro, porque no final dos trinta dias eles têm a folha de pagamento, eles têm a contribuição previdenciária, eles têm as tarifas de serviço público, que são cada vez escorchantes e nem sempre eles vendem os seus produtos. Mas, a vida tem que continuar, o estabelecimento comercial tem que funcionar.

Então, esta drasticidade no recolhimento do ICM não leva, efetivamente, o nosso apoio. Votamos favoravelmente à Mensagem porque apoiamos um Governador de bem, um jovem que tem cumprido, efetivamente, com todas as promessas feitas nos palanques eleitorais. Enquanto ele assim agir dentro do Palácio Iguazu terá o meu apoio, independente de cores partidárias. Perderá esse apoio no instante em que ele errar pelo caminho da demagogia e pelo caminho de empregar os dinheiros públicos sem critério, como nós temos verificado em muitos Governos. Só por esta razão, Senhor Presidente, votamos favoravelmente à mensagem, mas, com repúdio pelas agressões gratuitas, impensadas, descabidas, do Deputado representante do Partido dos Trabalhadores nesta Casa, que nunca souberam o que foi a livre iniciativa, eles tentam, sim, é sufocar a livre iniciativa, eles tentam estatizar. Porque, quanto à filosofia desse Partido é aquela de que quanto pior, melhor. Por isso, ele agride, de forma gratuita, descabida, e até imoral, os empresários desse Estado.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Está em votação o Projeto de Lei n. 102/87. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 07/88, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, dispõe Legislação Específica sobre o controle de Poluição de pequenas bacias mananciais destinadas ao abastecimento de água potável as populações urbanas. Com PARECES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C., C.A. e C.E.M.A., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Public. no. DA. 03 de 02.03.88).

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Paulo Furiatti, estabelece legislação específica sobre o controle de poluição em pequenas bacias mananciais, destinadas ao abastecimento de água potável às populações urbanas.

Além de definir o que seja pequena bacia manancial, requisitos mínimos referentes à qualidade de água, sobre a existência ou não de fontes poluidoras, o Projeto de Lei proíbe a instalação de indústrias ou estabelecimentos que possam agravar o problema da poluição, recomendando, ainda, prioridade na inclusão destas bacias no Plano Estadual de Micro-Bacias.

Deve-se ressaltar nas medidas propostas a preocupação em oferecer garantias para a preservação da qualidade de águas destinadas ao abastecimento urbano.

A matéria não possui qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental, estando em condições de prosseguir o seu trâmite nesta Casa de Leis.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer Favorável, opinando pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 24.05.88.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 007/88

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Paulo Furiatti, estabelece legislação específica sobre o controle de poluição em pequenas bacias mananciais, destinadas ao abastecimento de água potável às populações urbanas.

A Comissão de Constituição e Justiça opinou favoravelmente.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar observou que Projeto de Lei em questão visa não só evitar a instalação de Indústrias Poluentes, bem como também impedir o mau uso do solo, preservando-se desta forma a qualidade de águas destinadas ao abastecimento urbano. Além disso, através dos órgãos fiscalizadores e executores do Estado, pretende também, regularizar a situação de agentes poluidores já existentes.

Nestas condições, o nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.06.88.

(aa) ACYR MEZZADRI

Presidente  
HERMAS BRANDÃO  
Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA  
PROJETO DE LEI N. 007/88

PARECER:

Ao estabelecer uma legislação específica sobre o controle de poluição em pequenas bacias mananciais destinadas ao abastecimento de água potável às populações urbanas, o nobre Deputado Paulo Furiatti, com tal Projeto de Lei, avança, ainda mais, com medidas de caráter conservacionista, de proteção ao meio ambiente, podendo-se afirmar que tal Projeto de Lei, atende perfeitamente os reclamos da grande comunidade paranaense.

Pelo mérito de tal propositura, opinamos Favoravelmente pela Aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.06.88.

(aa) SABINO CAMPOS

Presidente

ORLANDO PESSUTI

Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE  
PROJETO DE LEI N° 07/88

PARECER:

O Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Paulo Furiatti, visa o controle da poluição em pequenas bacias mananciais e a normatização do uso das áreas contíguas a essas bacias.

Devidamente analisado pelas demais Comissões competentes, mereceu pareceres favoráveis, inclusive da Douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto a seus aspectos legal e constitucional.

No que tange à apreciação desta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, julgamos a medidas das mais meritórias, uma vez que visa a melhoria das condições de vida, em razão do saneamento das bacias mananciais e também a manutenção e melhoria ambiental, evitando desta forma que se destrua totalmente o que ainda resta de nossa flora e fauna.

Não encontrando, quando ao mérito, nada que possa obstar a tramitação do Projeto, somos de parecer Favorável, opinando pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.08.88.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator

Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Com-  
preendendo que este é um projeto de  
muita importância eu quero registrar o meu

voto favorável a este projeto de autoria  
do nobre Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) - Está  
implícito o seu voto quando Vossa Ex-  
celência não se manifestou.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.  
124/88, de autoria do Deputado ANIBAL  
KHURY, que declara de Utilidade Pública o  
CÍRCULO DE ESTADOS BANDEIRANTES, com sede  
e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁ-  
VEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME  
DE URGÊNCIA. (Public. no DA. n. 37 de 09.  
05.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 124/88

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Anibal  
Khury, objetiva o presente Plano de Lei  
declarar de Utilidade Pública o CÍRCULO DE  
ESTUDOS BANDEIRANTES, com sede e foro nes-  
ta Capital.

Encontra-se o processado instruído com  
as peças exigidas pela legislação própria,  
inexistindo óbice de natureza regimental  
à sua tramitação normal pelos demais ór-  
gãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela  
Aprovação do presente plano de lei, nos  
termo em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.  
130/88, de autoria do Deputado NILTON BAR-  
BOSA e Outros, que concede o Título de Ci-  
dadão Benemérito do Paraná, ao Dr. ARY VE-  
LOSO QUEIROZ, Vice-Governador do Estado do  
Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.,  
por unanimidade. Aprovado. (Public. no  
DA. 40 de 12.05.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 130/88

Autor: Deputado Nilton Barbosa

PARECER:

Não se pode negar até hoje a vigência  
dos pacotes de leis implantadas nesse País  
durante o regime militar.

E dentre essas medidas, um dos poderes  
que mais foi prejudicado foi o Poder Le-  
gislativo, e em nossos dias os Projetos de  
Leis cuja origem é de autoria dos nossos  
Deputados quase não podem versar sobre ou-  
tras matérias que não sejam a Declaração  
de Utilidade Pública e a Outorga de Cida-  
dania Honorária e Benemérita aos que mere-  
cem.

O ilustre Vice-Governador do Estado do



Paraná Dr. Ary Veloso Queiroz, somente por essa posição já merece a concessão pretendida pelo Deputado Nilton Barbosa, e ainda se levássemos em consideração outros fatores, reforçaria sem sombra de dúvida a aprovação da matéria.

Assim sendo, não havendo preceito constitucional violado, nosso Parecer é FAVORÁVEL à aprovação da matéria.

Sala das Comissões, em 24.05.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 164/88, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que denomina de RODOVIA JOÃO BATISTA DA SILVA PAIXÃO, o trecho da PR-457, compreendido entre a sede do Município de Itambé até o Distrito de Marisa no Município de São Pedro do Ivaí. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade, EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 164/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica Denominado RODOVIA JOÃO BATISTA DA SILVA PAIXÃO, o trecho da PR-457, compreendido entre a sede do Município de Itambé até o Distrito de Marisa no Município de São Pedro do Ivaí.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.06.88.

(aa) ORLANDO PESSUTI e

FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Senhor João da Silva Paixão foi até poucos dias Secretário da Prefeitura do Município de Itambé, tendo falecido recentemente, vítima de um derrame cerebral, deixando significativa lacuna nos meios políticos daquele Município e região.

Como marca maior de seu trabalho nos últimos tempos foi luta empreendida para que a PR-457 fosse asfaltada pelo Governo Estadual, o que aconteceu recentemente ...

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 164/88

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem a finalidade de denominar de RODOVIA JOÃO BATISTA DA SILVA PAIXÃO o trecho da PR-457, compreendido entre a sede do Município de Itambé até o Distrito de Marisa no Município de São Pedro do Ivaí.

O Projeto de Lei está devidamente justificado com os termos do Regimento Inter-

no e de acordo com as normas vigentes.

Assim sendo, nada há que possa impedir a sua normal tramitação por esta Augusta Casa de Leis.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 21.06.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

ERONDI SILVÉRIO

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N. 164/88

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Orlando Pessuti, o Projeto de Lei em tela tem por finalidade denominar de RODOVIA JOÃO BATISTA DA SILVA PAIXÃO, o trecho da PR-457, compreendido entre a sede do Município de Itambé até o Distrito de Marisa no Município de São Pedro do Ivaí.

O processado encontra-se devidamente justificado, de conformidade com os termos do Regimento Interno e as normas vigentes.

Esta Douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar, vem a se pronunciar favoravelmente pela medida ora proposta, seguindo assim o entendimento da Comissão de Justiça.

Assim sendo, dada a inexistência de óbices que possam vir a prejudicar a sua tramitação normal pelos demais órgãos desta Colenda Casa, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 164/88.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.08.88.

(aa) ACYR MEZZADRI

Presidente

JOSÉ FELINTO

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 198/88, de autoria do Deputado JOSÉ FELINTO, que concede Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor JOÃO DÓRIA JÚNIOR, atual Presidente da EMBRATUR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 65 de 22.06.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 198/88

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado José Felinto, o presente Projeto de Lei tem por finalidade conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor João Dória Júnior atual Presidente da EMBRATUR.

Nos termos da justificativa apresentada pelo autor, temos que a matéria se encontra em consonância com os dispositivos

Legais da legislação estadual pertinente, não havendo qualquer impedimento, quer de natureza legal ou constitucional que possam obstaculizar a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23.08.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

BASÍLIO ZANUSSI

Relator

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sobre a Mesa, requerimento de n. 232, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 233, de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 246, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 234, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 251, de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 260, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 261, de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 283, de autoria dos Senhores Deputados Artagão Mattos Leão e Nestor Baptista, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 183, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. **Em votação.**

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Declina.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Srs. Deputados que aprovam o Requerimento permaneçam como estão. **REJEITADO.**

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Eu requeiro verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência defere e irá fazer a verificação de Votação.

Sete Senhores Deputados rejeitam.

Quatro aprovam, não há "quorum" para deliberação, nem para prosseguimento da Sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte,

ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 102/87.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 07/88, 124/88, 130/88, 164/88 e 198/88.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 95/88, 96/88, 97/88, 106/88, 17/88, 111/88 e 118/88.

Levanta-se a sessão.